



spinformação

81

**NADA SUBSTITUI
OS PROFESSORES**

CONSULTA AOS SÓCIOS DO SPN

O Sindicato dos Professores do Norte está a auscultar os associados sobre a possibilidade de envio/receção eletrónica das revistas *SPN. Informação* e/ou *A Página da Educação*. Nesse sentido, solicita-se a todos os sócios que pretendam continuar a receber as duas revistas em papel (ou apenas uma delas) que o declarem, expressamente, através do formulário eletrónico disponível em www.spn.pt/consultaonline/revistas.

Na ausência dessa declaração, a partir do próximo ano, o acesso generalizado às duas publicações será disponibilizado na página da internet do SPN ou pelo envio dos respetivos *links* por correio eletrónico – as revistas impressas continuarão a ser enviadas apenas aos associados que manifestem expressamente esse desejo e àqueles de quem o sindicato não disponha de endereço de e-mail.

SPN PROMOVEU 4 DEBATES DIGITAIS

150 assistentes (em média)
750 comentários no chat
27.500 visualizações

A fechar o ano letivo, o SPN levou a cabo um ciclo de debates, entre 22 de junho e 13 de julho, sempre à segunda-feira, das 18 horas às 19h30, com três convidados moderados por um dirigente da casa. Objetivo: ir ao encontro dos educadores e professores, envolvendo-os na reflexão sobre a importância e a centralidade da ação educativa num cenário de crise sanitária.

No primeiro debate, moderado por Anabela Sousa, José Lencastre (Univ. Minho), Francisco Teixeira e Pedro Oliveira (SPN) refletiram sobre a possibilidade de uma escola à distância. O enfoque seguinte foi a municipalização, com Mário Nogueira (Fenprof), Filinto Lima (ANDAEP) e Aurora Vieira (Câmara de Gondomar); moderação de Carlos Midões.

Já em julho, o primeiro debate foi sobre o modelo de acesso ao Ensino Superior, com Álvaro Santos (Esc. Sec. Joaquim Ferreira Alves), António Nabais (Esc. Sec. Augusto Gomes) e Lurdes Figueiral (APM) e moderação de Sónia Rocha. A concluir o ciclo, Matias Alves (Univ. Católica), Alexandra Vieira (deputada do BE) e João Paulo Silva (SPN), com moderação de Rafael Tormenta, refletiram sobre o que é ser professor hoje.

Todos os debates foram transmitidos em direto, no facebook e no site do SPN.

CICLO DE DEBATES DIGITAIS SPN 2020
Facebook do SPN: www.facebook.com/sindicatodospnprofessoresnorte/
SEGUNDAS - FEIRAS
18h/19h30

22 jun
É POSSÍVEL UMA ESCOLA À DISTÂNCIA?
Pedro Oliveira
Coordenador do Departamento de Ensino Superior do SPN
Francisco Teixeira
Coordenador do Departamento de Políticas Educativas do SPN
José A. Lencastre
Professor da Universidade do Minho
Moderadora: Anabela Sousa

29 jun
SIM OU NÃO À MUNICIPALIZAÇÃO?
Mário Nogueira
Secretário-geral do Fenprof
Filinto Lima
Assessor do Conselho de Distritos de Regeneração e Escuelas Públicas
Aurora Vieira
Membro da Educação de C.M. Condor
Moderador: Carlos Midões

13 jul
O QUE É SER PROFESSOR HOJE?
José Matias Alves
Universidade Católica Portuguesa (UCP)
Alexandra Vieira
Deputada do BE
João Paulo Silva
Dirigente do SPN
Moderador: Rafael Tormenta

6 jul
QUE MODELO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR?
Álvaro Santos
Diretor do E. S. Joaquim Ferreira Alves
Lurdes Figueiral
Presidente da Associação de Professores de Matemática (APM)
António Nabais
Professor de Português no E. S. Augusto Gomes
Moderadora: Sónia Rocha

SPN: UM FORÇA
DO ENSINO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO NORTE

spninformação

Diretora Manuela Mendonça • **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Rogério Reis

Fotografia Henrique Borges • **Impressão** Multiponto, S.A.

Capa Maria Montessori na primeira "Casa dei Bambini" (Roma, 1907). Primeira mulher italiana a cursar Medicina, Montessori (1870-1952) distinguiu-se principalmente como pedagoga. O método pedagógico que desenvolveu aponta à formação integral dos jovens e 'educar para a vida' era o seu lema. • **Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto • Tel.: 226 070 500 • Fax: 226 070 595/5

E-mail spninfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares • **Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal** n.º 238855/06 • **Distribuição gratuita** aos sócios do SPN

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

ENSINO DE EMERGÊNCIA OU ENSINO EMERGENTE?...

[editorial]



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

2020 ficará na memória como o ano em que, da noite para o dia, um vírus mudou radicalmente o nosso modo de vida. A incerteza que continua a marcar a evolução da situação sanitária, face à ausência de uma vacina ou tratamento eficaz, obriga a traçar vários cenários para o futuro próximo. Em março, não pudemos senão reagir; agora, temos obrigação de agir atempadamente para minorar os problemas que já conhecemos.

No que à educação diz respeito, é de lamentar que o Ministério da Educação tenha ignorado diversas propostas apresentadas pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) em reunião realizada com os secretários de Estado (25 de junho) e que, eximindo-se de negociar aspetos a que por lei está obrigado, tenha avançado com normas vagas e irrealistas para a organização do próximo ano letivo, sem cuidar das condições para que se concretize o cenário que diz privilegiar – o regresso de todos os alunos à atividade presencial.

Equacionar o retorno à escola de mais de um milhão de alunos numa situação epidemiológica ainda instável é muito mais exigente do que fazer regressar 160 000 alunos do Ensino Secundário; não se compagina com o “preferencialmente” ou o “sempre que possível”, nem com a transferência para as escolas da responsabilidade de encontrar soluções – nos planos sanitário, pedagógico e laboral – que à tutela compete assegurar.

Sendo inquestionável a mais valia do ensino presencial, o regresso à escola tem de ser seguro e bem planeado. A redução do número de alunos por turma/crianças por educador – uma reivindicação antiga do SPN – é, neste momento, uma medida que se impõe, não apenas por razões de segurança sanitária, mas também de interesse pedagógico, num contexto em que a recuperação dos défices de aprendizagem acumulados nos últimos meses deve ser prioritária.

Por outro lado, não podendo ser excluídos outros cenários (regime misto ou totalmente a distância), é necessário prever a regulação do seu desenvolvimento, prevenindo problemas e abusos identificados no inquérito promovido pela Fenprof sobre o designado ‘ensino a distância’, que releva o agravamento das desigualdades entre alunos e o extremo cansaço dos professores.

No final de um ano letivo atípico, importa sublinhar a forma determinada como os docentes responderam aos constrangimentos decorrentes do encerramento das escolas, demonstrando grande capacidade de adaptação a um ‘ensino remoto de emergência’ – sem tempo para planeamento; em muitos casos, sem formação em competências digitais; sem infraestrutura e apoio suficientes; sem proteções adequadas para a privacidade dos dados, etc. – e procurando manter o contacto com os alunos e minorar os problemas a que ficaram sujeitos, sobretudo, os mais vulneráveis.

Para quem tinha dúvidas sobre o profissionalismo dos professores, essa foi a melhor prova do seu compromisso profissional e da importância do seu trabalho, seja qual for o contexto em que o realizam. Importa agora que o maior (re)conhecimento do papel dos professores por parte de pais/encarregados de educação, autoridades educativas e da sociedade em geral, se traduza, finalmente, em medidas concretas que permitam dignificar a profissão docente e melhorar as condições do seu exercício.

Esta crise evidenciou, ainda, o papel insubstituível da Escola enquanto lugar de ação educativa em sentido amplo – sem desvalorizar a importância dos recursos digitais, a sua utilização pode complementar, mas não substituir a educação presencial. Num tempo em que o teletrabalho ganhou centralidade, e em que em algumas universidades o “ensino a distância” parece passar de solução de recurso a opção assumida, este é um debate que importa aprofundar. Daí que esta edição inclua vários textos e testemunhos sobre esta temática.

Uma última referência a outra questão que esteve em destaque e cuja discussão urge também colocar na agenda – os exames no final do Ensino Secundário e o seu papel no regime de acesso ao Ensino Superior.

Num tempo de crise pandémica, económica e social, a resposta ao agravamento das desigualdades passa por políticas públicas consistentes em várias áreas, da saúde à educação, à habitação, aos transportes ou ao trabalho, onde a precariedade campeia. Sabendo que a pobreza e a desigualdade na infância são um fator condicionador do sucesso escolar e limitam as oportunidades de vida, continuamos a lutar por uma *Educação Pública de Qualidade* para todos e por uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Uma luta que prosseguiremos em setembro, depois de umas férias merecidas e desejavelmente retemperadoras.



ENSINO NÃO É ISTO, NEM NADA QUE SE PAREÇA

Respostas a questionário da Fenprof não deixam dúvidas: opinião maioritária sobre E@D pode sintetizar-se na frase em título; professores destacam cansaço extremo e aumento das desigualdades entre alunos.

As escolas encerraram em março e, de um dia para o outro, a comunidade escolar foi envolvida no designado ensino a distância, codificado como E@D. Num questionário recolhido *online* durante a primeira quinzena de maio (3.548 respostas validadas), a Federação Nacional dos Professores pretendeu saber a opinião dos professores sobre esta modalidade e eles não se ficaram por meias palavras: *o ensino não é isto, nem nada que se pareça!*

Apesar disso, considera a Fenprof, “os professores, como sempre, foram solidários com os alunos e colocaram ao seu serviço as casas, o computador, a Internet, o telemóvel e, até, a sua privacidade. Fizeram-no porque, desde cedo, perceberam que a tutela não estava a fazer a sua parte. Não a de emitir ordens, orientações, circulares, disposições, plataformas ou aplicações, que essas têm jorrado em cascata, mas a de, atempadamente, criar condições efetivas para o que designou por E@D. Deixou cada um à sua sorte e todos por sua conta.”

Conscientes dos défices que se verificarão no final deste ano letivo, os professores consideram inevitável ter isso em conta em 2020-2021, tentando superá-los e reforçando os apoios pedagógicos aos alunos. Neste sentido, o questionário permite confirmar, por outro lado, que, a meio do último período letivo, mais de metade dos docentes ainda não tinham conseguido contactar todos os respetivos alunos; apesar disso, mais de dois terços avançaram novos conteúdos curriculares, impelidos pelas direções de algumas escolas e pelo Ministério da Educação. Contudo, entre esses docentes, é significativo o número

dos que afirmam que não vão considerar os novos conteúdos na avaliação que farão dos seus alunos.

Desigualdade e desgaste. Além de perguntas com resposta de escolha múltipla, o questionário contempla questões de resposta aberta, onde os respondentes destacam dois tópicos:

–agravamento da desigualdade entre os alunos, em alguns casos perigosamente; como principais razões, são apontadas a falta de apoios (absolutamente indispensáveis para alguns) e as questões de ordem social, que se tornaram ainda mais problemáticas com dois milhões de trabalhadores ficwarem em *layoff* ou no desemprego—situação com forte repercussão na organização das famílias, designadamente no acompanhamento dos filhos; –desgaste dos professores, que manifestam enorme cansaço, decorrente de diversos fatores, que vão da necessidade de adaptação a um modelo inédito de atividade ao facto de ser bastante mais complicado, estando distante, acompanhar todos os alunos e satisfazer as necessidades educativas específicas de cada um; para este desgaste, contribui, também, o facto de a atividade profissional ter tomado conta de todas as horas do dia e invadir a casa de cada professor, perturbando a sua vida pessoal e familiar.

O próximo ano letivo, pelo menos no início, continuará condicionado por medidas de segurança sanitária com implicações diversas (constituição de turmas, horários dos professores, condições de trabalho e de segurança de toda a comunidade escolar), que terão de ser consideradas nos diplomas relativos à organização do ano letivo.

SENTIRES DE PROFESSORES

“Nada substitui a atividade presencial. Aulas só existem com a presença física de alunos e professores.”

“Este modelo promove a atomização do indivíduo e estimula o negócio das tecnologias de comunicação e das ditas redes sociais

“A sobrecarga de trabalho é assustadora e doentia, como se os professores, por permanecerem em casa, tivessem de estar 24 horas disponíveis para a escola.”

“Os professores já não estão a ‘afogar-se’ em papéis. Evoluímos, agora é em tutoriais...”

“Houve uma sobrecarga tremenda para os professores, que vão terminar o ano letivo completamente esgotados e que comprometem o ambiente familiar para poderem cumprir os compromissos profissionais.”

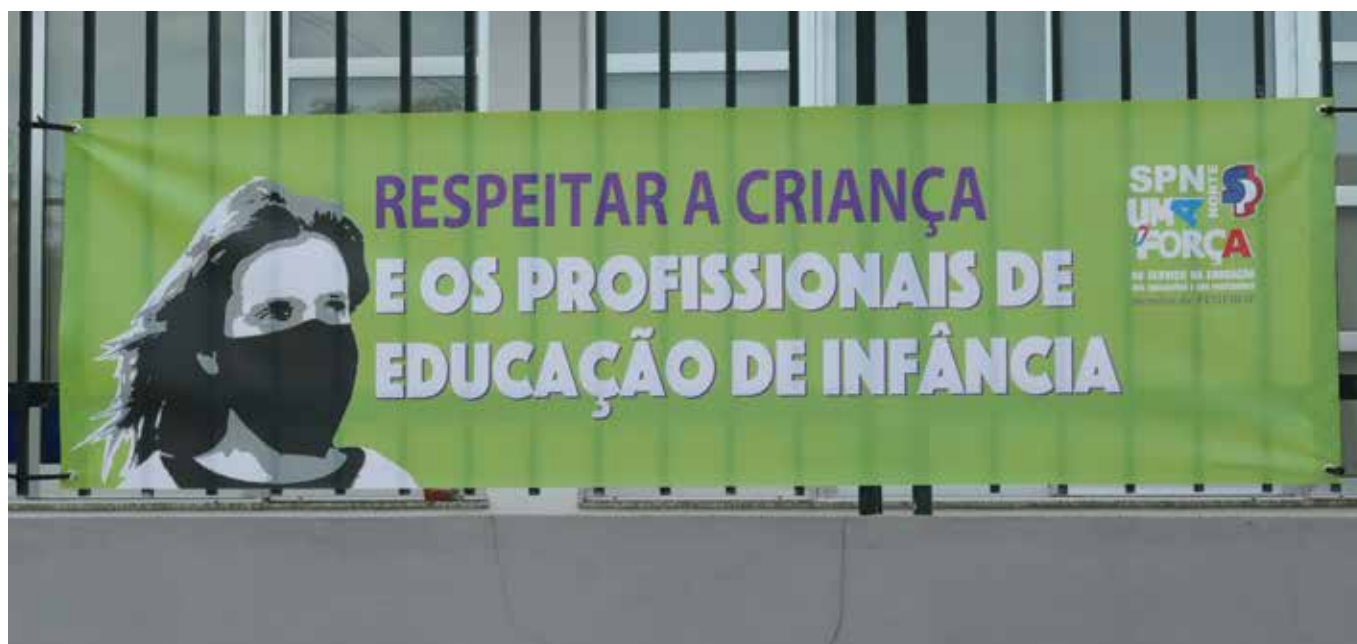
“Chegamos a estar nas ‘aulas’ sem sabermos quem nos está a observar, ou inclusivamente a filmar. Todo o erro que possa surgir será penalizado.”

“Há pais desempregados ou em *layoff*, sem condições psicológicas e sociais para poderem acompanhar os filhos, o que também provoca desigualdade.”

“O ensino a distância não está em sintonia com uma escola inclusiva.”

“Dar conteúdos novos sem conseguir chegar a todos é injusto, é desigual e nem sei como se pode avaliar assim.”

“Os elogios feitos agora aos docentes são despropositados, hipócritas, cínicos. A classe docente deu sempre o seu melhor, em todas as circunstâncias.”



PRÉ-ESCOLAR: REGRESSO EM DESASSOSSEGO

No dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, reabriram os jardins de infância. Conscientes da importância social desta reabertura, tendo em conta que dois milhões de trabalhadores se encontram em *layoff* e que muitos outros precisam de reorganizar as suas vidas, não podemos, no entanto, aceitar que, tendo a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) colocado vários alertas sobre a reabertura, em reunião com representantes do Ministério da Educação (4 de maio), os mesmos tenham sido completamente ignorados pelo ME, designadamente cinco aspetos que nos parecem essenciais:

- subdivisão de grupos; recursos humanos; equipamentos de proteção individual (EPI); testagem; e idade do corpo docente, uma vez que é o segundo grupo de recrutamento mais envelhecido
- sem terem sido acautelados estes aspetos não nos parece que se possa afirmar que o regresso em todos os jardins de Infância foi feito de forma segura.

Enquanto isso, no documento “Orientações - Reabertura da Educação Pré-Escolar” percebe-se a preocupação pedagógica e com as aprendizagens, mas não é referido como é que se garante, no que respeita a práticas pedagógicas (ponto 11), “desenvolver as atividades, preferencialmente, em pequenos grupos ou individualmente, quando possível”. Pergunta: esqueceu-se o ME que a cada grupo de jardim de infância corresponde obrigatoriamente um/a educador/a de infância e um/a assistente operacional? Que impacto terá nas crianças o regresso a um espaço asséptico por um tão curto período? Achar que faz sentido admitir que um grupo de crianças, que no limite podem ser 25, possa regressar para o mesmo espaço como se nada estivesse a acontecer é próprio de quem ignora o que é o dia a dia numa sala de jardim de infância. A subdivisão de grupos

tem de ser uma exigência tal como, também, a contratação de mais pessoal docente e não docente para responder da forma mais correta à situação que vivemos. Pergunta-se também:

- e as crianças que não regressaram porque os encarregados de educação assim o decidiram?
- que garantia existiu de EPI’s para os profissionais, já que foi determinado que as crianças até aos 6 anos não utilizariam máscara?
- como foi garantido que as crianças não permaneceriam no estabelecimento de educação para além do necessário, conforme o ponto 1 da *Organização do Horário*: “Não deve a criança permanecer no estabelecimento de educação por período superior ao estritamente necessário.”?

Parece evidente que, para estas orientações, o Governo/ME se limitou a transcrever partes das “Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar” e a cruzá-las com as orientações da Direção-Geral de Saúde.

Para o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e para a Fenprof, seria impensável que aos educadores de infância, direções, assistentes operacionais e estruturas intermédias pudessem, em algum momento, ser atribuídas responsabilidades pelo que não decorresse bem ao longo dos 17 dias úteis de funcionamento dos jardins de infância, por força da aplicação estrita das normas contidas nas orientações para a reabertura da Educação Pré-escolar, já que o ME, em todo este processo, demitiu-se claramente da sua responsabilidade tutelar.

Júlia Vale
Direção SPN



VAMOS TODOS FICAR BEM!

O período de confinamento vivido por todos nós, nestes quase três últimos meses, trouxe uma mudança de comportamento, vivências e uma forma de estar na vida que de todo se imaginavam.

Esta mudança e este reajuste refletiu-se em toda a sociedade, não só como um todo, mas especialmente enquanto seres individuais. E, inerentemente, o lado profissional teve de ser totalmente repensado e adaptado para dar resposta às necessidades de cada um e de todos. Enquanto educadora de infância, os primeiros dias foram muito difíceis de gerir e a maior dificuldade residia no facto de não se perceber muito bem como chegar até às nossas crianças, no sentido de as ajudar neste corte abrupto da normalidade e, ao mesmo tempo, através das suas famílias, a encontrar uma nova normalidade que lhes desse segurança e proporcionasse estímulos para continuarem a crescer sem sequelas emocionais.

A distância, e a gestão do apoio e comunicação através dela, foi uma das maiores dificuldades a ultrapassar. Depois, como apoiar as famílias a proporcionarem estímulos que permitissem aos filhos continuarem a crescer num ambiente diferente e desfasado da sua rotina diária, mas sem invadir o espaço familiar e a forma própria de cada uma viver o seu próprio isolamento. Como continuar a reforçar laços relacionais entre as crianças e a minorar a saudade e as ausências.

Depois do impacto inicial, e dada a capacidade de adaptação do ser humano, e mais particularmente dos professores e educadores, senti que usando os meios tecnológicos que tinha ao meu dispor (aplicações *Messenger* e *Jitsi*) tudo poderia ser minorado, desde que

as famílias aderissem e se sentissem confortáveis para trabalharmos ainda mais em parceria casa-jardim de infância. E funcionou...

A minha experiência com o meu grupo e as famílias foi enriquecedora e constante. Os laços afetivos foram reforçados, novos laços foram criados entre as diferentes famílias, o espírito de entreajuda e partilha foi enorme entre todos, novos conhecimentos pessoais e interpessoais e, acima de tudo, o repto de que, apesar desta adversidade, as crianças foram suficientemente resilientes e conseguiram encontrar uma nova normalidade com estabilidade.

Isto também foi possível dado o facto de se tratar de um grupo que possuía, no seu quase todo, condições tecnológicas mais ou menos ajustadas. Com um grupo de pais e encarregados de educação interessados e colaboradores, que, também eles, se esforçaram por se adaptar a esta nova realidade, ajustando horários e rotinas diferentes e diversificadas.

A maior vantagem e lição foi a possibilidade e a capacidade de cada família conseguir conhecer muito melhor e mais profundamente cada um dos seus filhos.

Os medos e os receios do reinício têm a ver com a capacidade de continuar a dar a melhor resposta às minhas crianças – em segurança física e, acima de tudo, emocional – e de as deixar serem crianças por inteiro, sem comprometer o seu crescimento pelo medo ou pelas incertezas. Mas a frase continuará a ser *Vamos todos ficar bem!*

Sócia SPN
devidamente identificada

E@D NO 1º CICLO: EFICÁCIA REDUZIDA E FALACIOSA

E@d... Nunca se pensou que um dia este código teria um significado tão avassalador.

13 de março. Saí da escola que coordeno e durante o fim de semana recebi instruções da direção do agrupamento para que ninguém regressasse à escola no dia 16.

Depois disso, do ponto de vista social, tivemos o ‘novo tempo’ que todos conhecemos tão bem. Do ponto de vista profissional, tudo aconteceu num espaço de tempo diminuto e a um ritmo alucinante. Reuniões a partir de casa, preparação das avaliações que se aproximavam, entrada de uma plataforma de trabalho que nos viria a acompanhar por muitos meses, vídeos sem fim sobre como a usar – entre nós, professores, e posteriormente com os alunos... Tudo para ontem, claro!

Seguiu-se um dos momentos da minha vida profissional que mais me espantou. Sim, porque, com trinta e tantos anos de trabalho, já quase tudo passou por mim! Assumiu-se pacificamente, e sem discussão, que os computadores dos professores seriam cativados ao serviço do Ministério da Educação – claro que fiquei e ainda estou sem perceber como se fazem estas coisas, ao nível das grandes estruturas que nos chefiam... Assumido isso, começou o dito E@d, com o 3º período a fluir. Assumido isso...

Quem nos mandou assumir isso? Vontade de não desagradar aos encarregados de educação ou às direções dos agrupamentos? Só pode ter sido. Penso que nenhum professor se preocupou em não desagradar ao ministro da Educação, visto que a sua preocupação com a classe docente não existiu nunca.

O que é certo é que os recursos pessoais dos professores foram liminarmente confiscados, com a nossa convivência tácita, para que o sistema funcionasse. O sistema que tanto nos tem desprestigiado...

Qual tem sido o meu trabalho, já que, este ano letivo, pedi isenção da componente letiva? Manter o contacto com os professores da escola, no sentido de perceber as suas realidades, enquanto titulares de turma, para as fazer chegar à direção e à Câmara Municipal. Manter o contacto com os encarregados de educação, atualizando diariamente a página do Facebook da escola que criei, no início do ano letivo. Como o faço? Um dos docentes da escola, abriu-me a possibilidade de partilha dos trabalhos diários das sessões síncronas. Diariamente, são publicados naquela página trabalhos que os alunos vão produzindo. Existe assim a possibilidade de dar projeção ao trabalho dos alunos e à interação das famílias nesta dinâmica do ensino à distância. Criou-se também uma maior proximidade entre os encarregados de educação e a coordenação da escola.

Neste momento, e dada a abertura das atividades letivas para a Educação Pré-Escolar, estou a orientar o trabalho das assistentes operacionais, que continua a ser de grande relevo para este futuro muito próximo, no sentido de pôr em andamento toda a logística inerente às novas diretrizes sanitárias.

O que tenho concluído desta nova modalidade de abordar a atividade letiva: nada substitui, para os alunos desta faixa etária, a escola ‘normal’. A escola é o seu espaço social, é o seu “mundo para aprender a descobrir o mundo”, é o seu relógio de ritmos, é um sem número de pequenos acontecimentos que se sucedem com vista a aprender – e não me refiro, como é óbvio, exclusivamente às aprendizagens académicas. Nada substituirá as relações que se estabelecem entre as pessoas, neste imenso jogo de xadrez que é a vida.

Relativamente à atividade dos professores: a eficácia do E@d é muito reduzida e muito falaciosa. Trata-se de um substituto do ensino presencial (o único possível, talvez), que, se para alguns níveis de ensino pode ter uma eficácia muito elevada, para o Ensino Básico é uma estratégia de trabalho muitíssimo árida. O E@d reclama não só os alunos, como também os diferentes contextos familiares e muito tempo extra de atividade aos professores, com muito menos possibilidade de serem bem-sucedidos.

A termos de enfrentar a necessidade de afastamento, para o próximo ano letivo, parecer-me-ia digno que as aulas à distância fossem efectuadas a partir das escolas, com equipamento e custos de receção de internet suportados pelo ME. Parecer-me-ia igualmente indigno que a prevalência da escola presencial fosse posta em causa a não ser por motivos de grande necessidade (como foi o caso actual).

Isabel Araújo

Sócia SPN nº 26760

DEVOLVAM-ME À ESCOLA!

DEVOLVAM-ME ÀS CRIANÇAS!

Não têm sido nada fáceis os dias de E@D de emergência.

Toda a minha prática pedagógica remete para a cooperação e a socialização e, de repente, deixámos de estar juntos! Agora, o meu discurso, dirigido às crianças, começou a ser lido e interpretado pelos adultos. Ou seja, comecei a trabalhar com crianças e com adultos. À distância.

Se inicialmente parecia que a dinâmica adotada iria ser possível e suportável, rapidamente percebemos que não.

A primeira aula síncrona foi uma lufada de ar fresco! Vimo-nos e ouvimo-nos! Pudemos brincar com as palavras! O encanto rapidamente desapareceu, como tudo.

Estudar em casa não é o mesmo que estudar na escola. Nunca foi e numa altura destas ainda menos. Os pais não têm que ser professores.

Cada sexta-feira, à tarde, deixo disponível um leque de ficheiros, algumas propostas de atividades de leitura e EAFM. Sendo a minha turma de 2º, 3º e 4º anos, as crianças de 3º e 4º também recebem as atividades propostas pela professora de Inglês. As crianças podem assistir à escola na RTP Memória e realizar as propostas dos professores. Também recebem propostas dos professores das AEC (facultativas).

Durante a semana são as crianças, com a família, que têm que gerir o tempo e o espaço de cada um. Por muito simples que as atividades sejam ou pareçam, criam sempre conflito em casa. Consigo imaginar alguns alunos a repetirem: “A minha professora não deu isto!”, “Não sei!”, “Não quero fazer! Quero ver televisão!”

Alguns pais optaram por enviar os trabalhos diariamente. Nesse caso, corrijo e devolvo com propostas de melhoria. Publico alguns trabalhos no blogue (agora a tarefa de seleção é minha, na sala de aula era do grupo). O blogue tem-nos acompanhado desde setembro, como instrumento de trabalho e suporte à aprendizagem. À sexta-feira, os trabalhos têm que estar todos entregues e à tarde, temos a nossa aula síncrona, onde as crianças falam do que fizeram e das dificuldades que sentiram. Na penúltima, descobrimos que precisamos de mais tempo juntos – vamos fazer uma aula só para partilha de produções.

Famílias não confiam na escola. É, no mínimo, inquietante estar numa aula onde a voz das crianças tem que estar calada! Seja devido aos ruídos da cidade, seja porque os adultos continuam as conversas em voz alta, seja porque o dispositivo faz interferência com outro aparelho... A verdade é que as crianças falam, à vez, quando o microfone está ligado... Agora tenho que os mandar falar! É assustador deixar de ver a criança! E ver cabeças a espreitar, vultos a passar... Saber que há crianças em perigo e não conseguir privacidade para comunicar com a criança, para a ajudar.

Podem dizer que há técnicos de apoio – já eram poucos antes, agora não conseguem chegar a todas as crianças que necessitam de apoio. Nem eu consigo descobrir as necessidades de cada criança – estamos à distância...

Se o trabalho da escola depende também da relação que se esta-

belece com a família, esta emergência veio mostrar-me que muitas destas famílias não confiam na escola.

Não consigo desligar. Admiro quem consegue gostar de teletrabalho. Eu não gosto!

Na escola eu vejo o olhar (sem filtros), o sorriso que esconde a realidade, sinto o cheiro a medo, a alegria ou a falta de higiene, oiço e toco a criança no momento. Ter os sentidos alerta e não os poder usar...

Não consigo desligar o computador mais de uma hora! [Precisei de comprar um computador, pois o que tinha para uso familiar não resistiu ao E@D]

Conciliar a vida familiar com o trabalho tem sido um grande desafio. Eu e a miúda em E@D, ele a trabalhar. Felizmente, a miúda é autónoma e só pontualmente sou solicitada.

O maior desafio tem sido mesmo desligar! Todo o dia a olhar para um ecrã, ler num ecrã... Todo o meu tempo de trabalho (mais do que as 35 horas/semana) é sedentário e em suporte informático, *on line*.

Não quero mais aulas síncronas! Não estou a escrever nenhuma novidade. Como eu, são milhares, todos com histórias para contar, alguns com histórias de terror.

Se alguém deve escrever, falar, sobre o que os professores estão a viver, são os professores. Escrever em momentos de incerteza é complicado, mas se parecer que tudo está bem, assim vai continuar. E não, não está tudo bem! Respondemos ao momento de emergência, somos profissionais conscientes (para os que andavam distraídos)! E foi essa a resposta que o momento exigiu. Mas a emergência não pode ser a normalidade!

Eu não quero mais aulas síncronas! Quero os meus alunos na sala de aula, a cooperar, a argumentar, a construir conhecimento.

O que podemos fazer? Sejamos mais cooperantes, para construirmos o caminho que queremos caminhar. Precisamos de aprender a conviver, socializar com alguns cuidados. Reduzam o número de alunos por turma, reduzam o horário de permanência na escola, sem aulas síncronas...

Devolvam as crianças à escola! Devolvam-me à escola! Devolvam-me às crianças!

Carla Baptista
Distrital SPN/PORTO

ENSINO SECUNDÁRIO: CENÁRIO PROFUNDAMENTE COMPLEXO

O ensino não presencial foi a solução possível encontrada para um período de isolamento social necessário, mas não deve ser transformado em mais do que isso – não é a panaceia para os problemas do ensino, não é o futuro da educação e não deixará nos docentes qualquer saudade, não só pelo quadro de saúde pública em que se desenvolveu, mas pelo que representou em termos profissionais: mais trabalho, mais desregulação desse trabalho e, sobretudo, menos daquilo que nos define no que fazemos.

O que, fundamentalmente, afasta os professores do ensino a distância é o mesmo que os aproxima dos seus alunos; não é a resistência ou impreparação para os meios digitais (à altura dos quais demonstrámos estar), mas a convicção de que a educação é outra coisa e de que a sua natureza assenta na relação e na comunicação com os alunos num quadro de proximidade em que a expressão de dúvida ou de descoberta que encontramos nos seus rostos e nos conduzem no processo de construção do conhecimento não são equiparáveis a nenhum *emoji*.

A retoma parcial do ensino presencial, contudo, não é sentida pelos que regressámos como sendo o apregoado “regresso à normalidade”, porque nada do que encontrámos agora era normal até aqui. O normal não era uma escola que vive para os exames, o normal não era encontrar nos corredores auxiliares de ação educativa (uma expressão bem menos redutora do que a atual para o que deve ser o papel destes profissionais), o normal não era haver sabão ou papel higiénico nas casas de banho, o normal não era ter 15 alunos, mas 30...

E tudo isto faz pensar que do que realmente precisamos para ter uma escola melhor e mais segura é de mais investimento, sim, mas no que é mais básico: nos profissionais que faltam, nos transportes públicos que não chegam e nos serviços que devemos retomar, como a limpeza ou a cantina. Precisamos de pensar o próximo ano letivo a partir do que aprendemos com este e não procurar regressar ao que tínhamos e que já era insatisfatório, mesmo sem uma pandemia. Precisamos de investir prioritariamente naquilo que nos permitirá estar na escola com qualidade e segurança, antes de investir em equipamento para sustentar o ensino a distância.

O que aí vem. Neste momento, em que o ano letivo se aproxima do fim, o cenário é profundamente complexo. Os que regressámos à escola tivemos de conciliar o ensino presencial com o não presencial e as idiossincrasias de um com as excentricidades do outro, num exercício de esquizofrenia profissional que nos deixou no limite das nossas forças, numa fase do ano já de si especialmente exigente e desgastante, mesmo sem as condicionantes de que atualmente se reveste.

Os professores preparam-se agora para enfrentar as reuniões de avaliação, num quadro de suspeição levantado pela tutela ao anunciar o reforço de ações de auditoria às classificações. Ao mesmo tempo, preparam-se para o serviço de exames, vendo defraudadas

as suas justas expectativas de uma revisão das já habitualmente duras condições de trabalho neste processo e sem encontrar, nos documentos legais e normativos que regulam o processo de exames, o devido reconhecimento do especial cenário em que as provas finais se realizam. Tudo será quase igual, mas com máscaras e solução desinfetante, deixando os professores com muitas dúvidas relativamente à qualidade do trabalho que podemos oferecer, num cenário de exaustão e razoável inquietação quanto à segurança sanitária em que aquele se realiza.

Mas já que é chegada a fase da avaliação final, aos professores competirá não só avaliarem-se a si próprios e aos seus alunos, mas também à tutela e à forma como conduziu este processo (ou o transferiu para as escolas), ao diálogo que teve (ou não) com os professores e as suas estruturas representativas e à predisposição (ou indisposição) demonstrada para rever opções que, comprovadamente, não valorizam a escola pública e os seus profissionais. Partir dessa avaliação para uma ação reivindicativa coerente com a mesma deverá ser o próximo passo.

Sónia Duarte
Distrital SPN–PORTO

IMPROVISAR É O QUE ESTÁ A DAR!

No dia 13 de março tomámos conhecimento de que as aulas presenciais, em virtude do surto pandémico, iriam ser suspensas a partir do dia 16. Contudo, as atividades letivas continuariam. Em que moldes seriam operacionalizadas, era uma incógnita, uma vez que as orientações do Ministério da Educação (ME) eram pouco claras. Coube às escolas e aos seus professores inventar, sem apoio e num fim-de-semana, novas formas de ensinar e de aprender.

A tentativa de implementação do Ensino a Distância (E@D) pôs a nu muitos dos problemas que a escola tem ajudado a minimizar, mas também a encobrir.

Por um lado, as respostas tardias, pouco claras, contraditórias e inadequadas que o ME tem dado ao longo de todo este processo, revelou o seu desconhecimento sobre a realidade educativa, assim

como a sua incompetência para tomar decisões sobre estas matérias. Como sempre, em vez de ter um papel orientador, tem contribuído para aumentar a confusão nas escolas e entre professores, alunos e encarregados de educação. A arrogância com que teima em decidir, sem consultar aqueles que melhor conhecem a realidade do ensino (os professores, através das suas associações profissionais e sindicais), resulta no desnorte em que vivemos.

Por outro lado, a escola tem assumido, desde há vários anos, papéis que vão muito além dos relativos aos processos de ensino-aprendizagem. Refiro-me, especificamente, ao papel de mediador em relação aos problemas de ordem socioeconómica dos alunos e respetivas famílias, para os quais vai encontrando respostas que, não os resolvendo, diminuem o seu impacto negativo. Entretanto, na situação que agora vivenciamos, as desigualdades ficam expostas:

- o fornecimento de refeições aos alunos com escalão não pode cessar, pois esta é, muitas vezes, a única refeição completa que eles têm ao longo do dia;
- a falta de equipamento informático e de rede de internet de uma percentagem significativa das famílias;
- a impossibilidade de obtenção de apoio parental para realização das tarefas escolares, assim como a falta de acesso a outro tipo de recursos educativos;
- a inexistência de espaços adequados à realização do estudo em casa;
- as situações familiares complexas, e muitas vezes danosas para os alunos, das quais não podem sair (muitas vezes, o tempo passado na escola era o tempo de recuperar energias para voltar para casa).

Estas são, entre outras, as realidades de muitas famílias, em oposição à imagem padronizada com que nos ‘vendem’ o conceito de família, onde todos vivem em harmonia, com acesso aos bens essenciais e a outros mais, com alunos com computadores, internet, livros, canetas, lápis de cor, régua e quartos próprios, luminosos e com secretária.

Não será por acaso que se observa uma ausência significativa de alunos às atividades propostas, sejam ou não aulas síncronas, que podem vir a ser enquadradas em situação de abandono escolar.

Estas situações observam-se, ainda, nos alunos que frequentam cursos de dupla certificação, como os Cursos Profissionais do Ensino Secundário. O encaminhamento dos alunos para estes cursos baseia-se em diversos pressupostos: a componente prática dos cursos é maior; as disciplinas teóricas são mais fáceis; os alunos ficam preparados para ingressar diretamente no mercado de trabalho; se quiserem, podem prosseguir estudos, bastando que façam os exames nacionais; os materiais são todos pagos pela escola; recebem subsídio de refeição e de transporte; fazem Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e, fazendo um bom trabalho, podem conseguir emprego na empresa em que o realizaram.

No entanto, com o E@A, a maioria dos alunos dos cursos profissionais viram as disciplinas da componente técnica, cujo caráter é essencialmente prático e laboratorial, esvaziadas de sentido, uma vez que em casa muito dificilmente conseguem ter equipamentos, materiais e capacidade de aprender através da prática.

Em relação à FCT, no 2º ano, a mesma foi adiada para o próximo ano letivo, o que implicou uma reformulação dos planos de formação dos cursos. Há que ter em consideração que esta alteração não é somente administrativa, pois adia a consciencialização dos alunos em relação ao trabalho que irão desenvolver profissionalmente.

Tal tem implicações na sua atuação durante o 3º ano, resultando inevitavelmente em prejuízos nas aprendizagens a realizar, assim como numa menor capacidade de desenvolver e defender a Prova de Aptidão Profissional (PAP).

Já os alunos que frequentam o 3º ano viram a sua FCT substituída por uma “prática simulada” (Decreto-Lei nº 14-G/2020, de 13 de abril), criada de raiz pelas escolas e professores, uma vez que não há nenhuma orientação da tutela sobre como a mesma deve ser operacionalizada. Assim, de uma assentada, os alunos perderam as oportunidades de aplicar e desenvolver os seus conhecimentos num ambiente laboral e viram goradas as suas expectativas de poderem vir a ter o seu primeiro emprego na empresa em que realizariam a FCT.

Sendo professora acompanhante de FCT, neste momento sinto-me como o ‘homem dos sete instrumentos’, uma vez que em simultâneo atuo como a empresa que atribui tarefas e forma o aluno, a professora que acompanha o decorrer da FCT e a administrativa que inventa formas de aferir que as horas de formação são efetivamente cumpridas.

A preocupação com este último aspeto prende-se com o facto de, apesar de não haver orientações sobre a operacionalização da prática simulada de FCT, o POPH (que financia estes cursos) poder fiscalizar a documentação existente, podendo concluir que não se comprova que as horas de FCT foram efetivamente cumpridas. Isto tem sérias implicações na vida destes alunos, assim como no financiamento dos respetivos cursos.

Perante os factos apresentados, vale a pena refletir sobre a bondade e eficácia do E@D no que concerne às aprendizagens dos alunos. São vários os aspetos negativos que me ocorrem:

- o E@D foi um fator de *stress* para as famílias, que se viram confrontadas com a necessidade de coadjuvar a atividade dos professores, principalmente no caso dos alunos mais jovens, quando os pais estavam em teletrabalho, ou com perda de rendimentos para poder acompanhar os filhos menores de 12 anos;
- a quantidade excessiva de horas que as crianças e jovens têm passado em frente a ecrãs de computador e de televisão, comprovadamente um fator prejudicial para a sua saúde física e mental;
- o aumento do fosso entre os alunos, no que se refere ao desenvolvimento das suas capacidades e competências, que poderemos comprovar no retorno às atividades letivas presenciais, como resultado dos contextos vivenciados por cada um;
- as aprendizagens, nomeadamente das disciplinas com uma maior componente prática, são francamente deficitárias;

Fica a pergunta: quais foram as aprendizagens que os alunos realizaram agora que não pudessem recuperar no próximo ano letivo (com exceção dos alunos do 12º ano)?

Estamos agora com outro problema entre mãos. Quais são os critérios de avaliação que vamos utilizar na avaliação do 3º período? Mesmo sendo feita uma reformulação desses critérios, o que não está a acontecer em todos os agrupamentos, quais são os critérios que podem ser utilizados de forma válida e que não aumente o fosso anteriormente referido?

E no próximo ano letivo? Continuemos a improvisar!

Susana Nogueira
Sócia SPN nº 26205

ENSINO PROFISSIONAL: URGE REGRESSAR À ESCOLA

A retoma das aulas presenciais impôs alterações ao horário de trabalho dos docentes (suspensão há mais de três meses) e ao designado PE@D, que organiza o ‘confinamento letivo’ semanal. Os cursos profissionais são a causa de muitas das alterações.

Esta nova realidade laboral – excecional – não é “teletrabalho” nem “ensino à distância”, porque não condiz com os diplomas jurídicos que configuram esse regime e essa modalidade de trabalho: o Código do Trabalho (CT) e a Portaria nº 359/2019, de 8 de outubro. Findo o estado de emergência, a continuação do ‘confinamento letivo’ traz novas controvérsias jurídicas e só acontece devido à generosidade colaborativa dos docentes, que ultrapassa a cedência material e voluntária da casa, do equipamento, dos consumos (eletricidade, internet, televisão, ...). A lecionação eletrónica acrescenta ocupações, fadigas, privações familiares e perigos, que nem o Estatuto da Carreira Docente (ECD) ou as orientações da tutela precaveram. Porém, ao invés de reconhecida e agradecida, essa generosidade tem sido estropiada por exigências e abusos: ameaças de falta ao serviço em contexto de franca colaboração domiciliária; imposição de novos horários sem consulta prévia dos visados; exigências administrativas que impõem a comunicação eletrónica em confinamento, para além do âmbito da lecionação.

Não menos ingratos, são os recentes avisos de atos inspetivos e disciplinares, que preconizam, nestas condições de trabalho, uma avaliação aparentemente rigorosa e socialmente simétrica das aprendizagens.

Adiamento da FCT. O adiamento da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) dos cursos profissionais, do 2º para o 3º ano, tem causado dramáticas alterações à semana de trabalho (mancha horária, níveis, disciplinas e turmas), com recorrência no mesmo docente: tanto naquele que já tinha turmas desses cursos, como naquele que, por via destas alterações, as irá receber; a partilha letiva da mesma turma e a coadjuvação também têm acrescentado ocupação eletrónica de articulação letiva.

Muitas escolas organizam as horas de formação de modo a que, em junho, a maior parte dos módulos do 2º ano esteja concluída, para que a FCT se inicie ainda no 2º ano, sem dificuldades de ajustamento do horário escolar dos alunos ao das empresas. Mas muitas empresas suspenderam a atividade, deixando às escolas um problema: como garantir a FCT à distância através da “prática simulada”? (artigo 9º do Decreto-Lei nº 14-G/2020, de 13 de abril).

Outras escolas, também com módulos atrasados ou calendarizados diferentemente, foram confrontadas com outra dificuldade do confinamento: como lecionar disciplinas oficinais à distância através dessa tal “prática simulada”?

Umas e outras estão a adiar a FCT do 2º ano para o 3º ano, acumulando-a com a do 3º ano. Reciprocamente, antecipam para o presente 2º ano os módulos que previram para o 3º ano, o que implica drásticas alterações da semana de trabalho. Ambas contornam a “prática simulada”, o que se compreende, na sua indefinição e nas suas limitações. Mas, afinal, as mesmas limitações atingem o 3º ano dos cursos, no qual já não é possível adiar a FCT.

Embora não houvesse orientação para estes adiamentos, eles acabaram viabilizados no Decreto-Lei nº 20-H/2020, de 14 de maio, que permite a lecionação presencial nas disciplinas técnicas (práticas) e impõe-na nas disciplinas não técnicas dos 2º e 3º anos, com matérias sujeitas à aferição externa. Nos cursos profissionais há mais disciplinas em lecionação presencial e mais alunos do Ensino Secundário.

Exceccionalidade vs. abuso. O adiamento da FCT aumenta substancialmente a quantidade de discentes e docentes com aulas presenciais, bem como a quantidade de horas presenciais, que não podem ser reduzidas em 50%, como noutros cursos. Aumentam os riscos de contágio.

Por via das orientações sanitárias e das limitadas possibilidades de contratação, os dirigentes escolares desenvencilham soluções ‘proativas’ que, noutra perspetiva, confrangem prerrogativas e direitos estatutários de ordem laboral:

- alterações, radicais e frequentes, da ocupação semanal (na mancha horária, nas turmas e nos níveis), sem a prévia auscultação dos visados (à revelia do CT, artigo 217º); ao ritmo da conclusão dos módulos do 2º ano, iniciam-se módulos do 3º ano – estas alterações chegam a ser semanais;

- ocupação de docentes com complementos letivos presenciais, vulgo ‘explicações para exame’; assim que os módulos ficam concluídos, algumas escolas convocam os docentes para apoiarem o estudo para os exames, sobretudo, em matérias não previstas nos programas das disciplinas sob a tutela da ANQEP;

- combinação das situações anteriores, ambas presenciais, com a situação de ‘confinamento eletrónico’.

As condições de trabalho que enfrentarmos no próximo ano letivo decorrerão dos limites que estabelecermos durante este ano – exclusivamente para situações excecionais e nunca para além dessas. Urge, em negociação sindical, prevenir o próximo ano letivo: exigir respeito estatutário; formar um coletivo capaz de distinguir com nitidez a fronteira entre ‘exceccionalidade’ e ‘abuso’; regressar à escola.

Paulo Duarte
Distrital SPNAveiro

EPC: EM TEMPOS EXCECIONAIS ACENTUAM-SE AS DESIGUALDADES



O tempo excecional que vivemos tem originado mudanças significativas na vida das pessoas, obrigando-as à adoção de novos hábitos e comportamentos nos planos familiar e social e a alterações significativas no plano profissional. Já muito se disse sobre este assunto, mas, de tão vasto e complexo, algo ficará sempre por dizer.

No que diz respeito aos docentes, um setor tem-se destacado pela negativa, tantos são os atropelos à legislação laboral que têm chegado ao conhecimento do Sindicato dos Professores do Norte (SPN). Refiro-me às valências de creche e educação pré-escolar de um setor (IPSS e misericórdias) normalmente conhecido como ‘Social’ e ‘Solidário’. Um setor que vive, sobretudo, de financiamentos de dinheiro público previstos no Orçamento do Estado, ou seja, impostos de todos nós.

Praticamente desde que foi decretado o encerramento das escolas, públicas e privadas, o governo, através do Ministério da Educação e da Segurança Social, assumiu o compromisso de cumprir o Protocolo de Cooperação celebrado com as IPSS e misericórdias, garantindo assim o financiamento a 100% para as creches e educação pré-escolar do setor privado.

Apesar das garantias e contrariando a prática verificada em todos os outros setores de ensino público e privado, demasiados trabalhadores docentes das IPSS e misericórdias têm sido alvo de inúmeras situações de abuso e ilegalidade, às quais o SPN tem estado particularmente atento, apoiando todos os sócios, disponibilizando apoio jurídico, intervindo junto das entidades empregadoras e denunciando as irregularidades junto das autoridades competentes: Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Atropelos variados. Num tempo em que estes docentes se viram confrontados com uma pandemia sanitária e em que tiveram de se adaptar a uma nova e muito diferente realidade profissional, foram, em grande número, envolvidos numa verdadeira ‘pandemia’ de ataque aos mais elementares direitos e liberdades laborais.

De nada valeu a legislação que era publicada a um ritmo alucinante, recomendando o recurso ao teletrabalho. Não serviu de nada a le-

gislação que equiparava os trabalhadores do setor social e solidário a trabalhadores de serviços essenciais. O desnorte e a apetência por práticas que punham em causa os direitos dos docentes deste setor, maioritariamente educadoras de Infância, mostraram-se ilimitados por parte das direções de muitas instituições. Mais parecia um Estado dentro do próprio Estado, tal o à-vontade com que impunham situações de total desrespeito pelos mais elementares direitos adquiridos – alguns deles reforçados pela legislação entretanto publicada, para se adequar ao estado de emergência decretado.

As denúncias dos docentes sucederam-se a um ritmo alucinante, com relatos dos mais variados atropelos aos direitos laborais:

- recusa das instituições em aceitar a opção pelo teletrabalho, alegando não ser compatível com a função de educadora de infância;
- pressão e coação para que os docentes aceitassem o gozo de férias nos meses de março e abril;
- imposição de deslocação para o local de trabalho e permanência nas instalações da instituição, mesmo sem a presença das crianças, com graves riscos para os docentes e a saúde pública;
- mobilização de educadores, de creche ou jardim-de-infância, para funções diversas das associadas ao conteúdo funcional da profissão (lar de idosos, centro de dia, centro de apoio a adolescentes de risco e, até, lavandaria e cozinha...);
- comunicação do regime de *layoff* em 15 de abril, quando as educadoras se encontravam em teletrabalho desde 16 de março;
- aplicação de *layoff* a trabalhadores considerados de serviços essenciais, em instituições a que o Estado comparticipou financeiramente sem qualquer restrição, através do Protocolo de Cooperação e do Programa de Compensação Remuneratória dos educadores de infância da Rede Solidária (IPSS e misericórdias).

Imoralidade inqualificável. Destas e de outras maldades foram vítimas um grande número de docentes deste setor. As diversas situações vividas e relatadas, independentemente das ilegalidades detetadas, demonstram uma imoralidade inqualificável de quem as pratica.

Será correto e moralmente aceitável que várias direções de instituições de solidariedade social procurem tirar vantagem económica à custa de dinheiros públicos, quando centenas de milhares de portugueses viram os seus rendimentos seriamente afetados?

Não parece ser moralmente aceitável que o Estado financie duplamente um setor que não tem quaisquer escrúpulos em colocar uma parte significativa dos seus trabalhadores em *layoff*, com 2/3 da sua remuneração. Um Estado que parece ser um mãos-largas para alguns, aparentemente sem se preocupar em exercer uma ação fiscalizadora do financiamento que disponibiliza para esta faixa do setor privado. Essa missão, deixa-a para os trabalhadores e sindicatos; que investiguem, denunciem e logo se verá o que fazer.

Entretanto, as creches reabriram no dia 18 de maio, satisfazendo o desejo de uns e contrariando a vontade de outros. Não foi uma abertura consensual e a reduzida percentagem de crianças que se apresentaram é bem prova disso, comprovando os muitos receios e reservas por parte de profissionais e famílias. As famílias, em parti-





cular, preferiram aguardar pelo resultado da atividade nas primeiras semanas para, posteriormente, concluir as vantagens e desvantagens do regresso dos filhos à creche nesta fase.

Como aspeto positivo a marcar a reabertura das creches, ressalva-se o elevado número de profissionais do setor testados para a COVID-19. Bem diferente foi a posição anunciada para a reabertura da Educação Pré-Escolar (EPE), pública e privada. A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) manifestou-se quanto à necessidade da aplicação de testes aos profissionais da EPE, mas as autoridades competentes não se mostraram recetivas à medida.

SPN sempre presente. Em relação à legislação laboral, se havia a expectativa de acabarem os atropelos aos direitos dos trabalhadores, com a reabertura de creches e pré-escolar, desengane-se quem assim pensou.

Com a baixa taxa de frequência, na reabertura destas valências educativas, muitas foram as educadoras 'convidadas' a ficar em casa. Umas em apoio a filhos menores de 12 anos, outras prolongando o layoff, enquanto algumas foram convidadas a iniciar o gozo de férias. Com a intenção já anunciada pelas confederações patronais do setor

de prolongar as atividades durante o mês de agosto, será expectável que esta pandemia social que se abateu sobre os trabalhadores das IPSS e Misericórdias se venha a manter durante vários meses.

Para os docentes a exercer a sua atividade neste setor, dificilmente perceberão quando termina este ano letivo e se inicia o próximo. Em que condições físicas e mentais vão lecionar centenas ou mesmo milhares de docentes cujo trabalho é de reconhecida importância no desenvolvimento global das crianças, na formação e construção da sua personalidade?!

A situação tem merecido acompanhamento e apoio por parte do SPN e da Fenprof. Contudo, várias ocorrências descritas são de tal modo graves que, provavelmente, só se resolverão com recurso aos tribunais. Tal só será possível se os docentes abrangidos também estiverem dispostos a seguir esse caminho, sempre complexo e demorado. Mas se for essa a opção, podem contar, como sempre, com o SPN e a Fenprof, maior e mais representativa organização sindical de docentes.

Adriano Costa

Distrital SPN - BRAGA

TEMPOS EXIGENTES (TAMBÉM) PARA OS INVESTIGADORES



A 16 de março, na sequência de um caso de infeção por Covid-19, o Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S, Universidade do Porto) fechou portas. Muito se passou desde então.

Numa primeira fase, foi feita a angariação de todo o material disponível nos laboratórios para suprir as necessidades de testagem dos hospitais. Numa segunda fase foi criada uma *task force* para implementar o fabrico de meios de cultura e a realização de testes de detecção do vírus—neste momento, essa atividade prossegue com êxito, tendo o envolvimento de centenas de 'voluntários' em equipas que se revezam e que asseguraram até agora a realização de perto de 5.000 testes. Começaram, também, a ser realizados testes serológicos para detecção de imunidade, que continuarão nos próximos tempos. No meio disto tudo, houve, ainda, a candidatura a projetos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), um dos únicos mecanismos que possibilitam financiar a investigação em Portugal. Houve (ainda) diversas candidaturas que surgiram no âmbito de financiamentos relacionados com o Covid-19. Houve (ainda) tudo o resto: o tele-trabalho para garantir a progressão dos projetos em andamento, a orientação de estudantes, a procura de contributos que a Ciência possa dar nesta e noutras crises, o envolvimento em ações solidárias de âmbito mais vasto...

Houve ainda a família, os pais nos lares, ou isolados em casa... E houve (ainda) os filhos, desde os mais pequeninos, ainda não autónomos, até aos mais crescidinhos, a frequentar ensino não presencial... Em suma, estão a ser tempos exigentes para os investigadores, que, na sua esmagadora maioria, são precários, ainda muitos 'bolseiros' e a trabalhar em regime 'privado sem fins lucrativos'. As medalhas que irão receber pelo contributo que estão a dar à Ciência e à sociedade são, muito provavelmente, o desemprego e a emigração forçada...

Renata Freitas

Sócia nº 47469

UNIVERSIDADE DIGITAL: HAVERÁ VIDA ACADÊMICA ONLINE?



As escolas e universidades sempre incorporaram as tecnologias do seu tempo, com maior ou menor atraso, com impactos considerados melhores ou piores; desde a escolarização moderna, com o ensino em classe e o livro impresso, até hoje, com a chamada ‘revolução digital’ e, amanhã, com a inteligência artificial. Como não há tecnologias nem processos de educação neutros, é necessário observar criticamente os impactos tecnológicos na educação e analisar os seus efeitos democráticos, culturais e pedagógicos.

Está em emergência, há já bastante tempo, uma universidade de tipo digital, seja em termos de processos de governação e de instrumentos de gestão, por todos sentidos, seja ainda em termos de processos e materiais didáticos, modalidades de ‘educação a distância’, cursos virtuais, por vezes com disseminação em larga escala. Em tempos de pandemia, alguns desses recursos digitais conheceram protagonismo e constituíram-se como alternativas de tipo emergencial em universidades que, atempadamente e responsavelmente, responderam ao início de uma crise de saúde pública interrompendo o ensino presencial. As dificuldades daí resultantes são de todos conhecidas, incluindo diversos problemas de acesso digital, pedagógicos e de motivação dos estudantes, de intensificação do trabalho docente, de cansaço por parte de todos, de interrupção de estágios, de atividades de campo, de trabalhos laboratoriais, de acesso a arquivos e a bibliotecas, etc.

De uma maneira ou de outra conseguimos sobreviver a tudo isso e enfrentar as dificuldades do momento. Mas, entre muitos, fica a ideia de que se a situação de saúde pública se vier a prolongar, ou até a degradar, não voltaremos a lidar com tal situação com o mesmo capital de curiosidade, tentativa-erro, motivação e esperança, como sucedeu da primeira vez. Mesmo que as soluções tecnológicas se sofisticem, a verdade é que a vida académica, em todas as suas dimensões e implicando todos os intervenientes, saiu fortemente abalada daquele processo de clausura da ação educativa e das relações pedagógicas.

Contradição nos termos. Por mais tecnologicamente avançada que seja, a universidade digital parece incapaz de resistir perante o confinamento da experiência educativa a um ecrã. Os recursos digitais revelaram algumas virtualidades enquanto complementos à educação universitária e ao ensino presencial, mas deixaram à vista imensos problemas, até mesmo pensando em processos mistos capazes de





uma integração de atividades a distância e de atividades presenciais (como no chamado *b-learning*), apesar de tudo bastante mais exigentes.

Para uns trata-se de dificuldades que acabarão por ser tecnologicamente superadas, para outros não se trata de uma questão tecnológica, mas antes de um problema de conceções e práticas diferenciadas de educação universitária. É neste último grupo que se situam aqueles para quem a ideia genérica de uma ‘educação a distância’ é um oxímoro, uma contradição nos termos. A educação universitária é, afinal, a vida académica, e por isso a primeira não pode ser cindida da segunda. Não há, simplesmente, vida académica online, mas apenas fragmentos e sucedâneos.

A própria ideia de ‘excelência universitária’, pretensa marca das universidades de ‘classe mundial’, perde a sua força de slogan diferenciador: é difícil, pelos menos para já, acreditar numa excelência educativa a distância, a menos que se confunda a amplitude do fenómeno social ‘educação’ com *kits* de formação a distância, capacitações, qualificações e competências adquiridas online, definitivamente à margem de uma educação integral que, antes de tudo mais, se afirma como uma relação social complexa, um processo de desenvolvimento pessoal e social que visa a humanização dos seres humanos. Ou que se esqueça uma regra básica do pensamento pedagógico moderno; tal como o ensino presencial, também o ensino a distância só se confirma como ensino verdadeiro se existir aprendizagem.

A educação universitária, conceito mais amplo, exige contacto humano e presencial prolongado, típico de um fenómeno de socialização secundária, em ambiente académico: um ambiente que está longe se ser apenas um contexto, sendo também um ator social e uma ação educativa poderosa. Exige diálogo humano face a face, socialização entre pares, trabalho individual e coletivo, solidariedade e cooperação, trabalho artesanal (de campo, laboratorial, prático, etc.), vivências culturais, associativas, cívicas e políticas. Tudo o que os sistemas digitais revelam grande dificuldade em oferecer e que os sistemas de franquia de bens e serviços educativos de tipo comercial não só tendem a desprezar como são incapazes de conceber de forma não padronizada.

Não compreender como a forma digital interfere no conteúdo do ensino e da aprendizagem, como o meio, também aqui, é a mensagem, como a educação é sempre referenciada a um quadro de valores e visões do mundo e nunca apenas a questões de ordem processual e técnica pretensamente neutras, seria de uma ingenuidade universitariamente confrangedora ou, pior do que isso, já manipuladora e com objetivos alienantes: o inverso de uma universidade livre e cidadã.

Em setembro próximo, qualquer que seja a situação em termos de saúde pública, voltaremos a ser confrontados com todos estes problemas, sem prazos marcados e sem medidas estruturais à vista. A rica experiência já vivida possibilitaria a compreensão do que está em jogo, partindo corajosamente da constatação de que não existe vida académica online e que, como tal, se nada for alterado em termos estruturais, iremos permanecer num processo de busca incessante de pequenos paliativos, apresentados sob estilo épico, individualizando as responsabilidades e as soluções, por vezes infantilizando os docentes. Vendo a educação universitária ficar inexoravelmente adiada, para trás, desvitalizada.

A procura de alternativas é tão difícil quanto urgente e, no limite, é uma responsabilidade indeclinável dos universitários, dos reitores e dos governantes. Choca ver como as instituições de Ensino Superior não conseguem apresentar publicamente uma agenda séria e ambiciosa, exigente e realista. Como nos vamos adaptando às soluções mais fáceis, como aquela do máximo de aulas a distância até 70%, quando inúmeras alternativas são possíveis e desejáveis, exigindo, porém, mais recursos, espaços pedagógicos e adaptação de outros, desbloqueamento das contratações docentes, rejuvenescimento dos professores, capacidade organizativa e alguma criatividade pedagógica.

Se nada de substancialmente diferente for feito, correremos o risco de prolongar indefinidamente o estado emergencial, de normalizar situações de exceção, de nos virmos a transformar em instrumentos dos nossos próprios instrumentos de trabalho pedagógico online, de perdermos o que resta de educativo na nossa função docente, de alienarmos as nossas responsabilidades educativas para com os nossos estudantes e de lhes proporcionarmos uma experiência universitária mais ou menos a distância, fragmentada, sem vida académica e sem alma. Ou seja, um instrumento em nada universitário.

Licínio C. Lima

Instituto de Educação da Universidade do Minho

(texto publicado em *univercidada.wordpress.com*, em 29.06.2020)

«NÃO SERÁ POSSÍVEL RECEBER TODOS OS ALUNOS NAS ESCOLAS EM SETEMBRO»



Vice-presidente do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), Odile Cordelier é secretária nacional e responsável pelo setor internacional do Syndicat National des Enseignements de Second degré (SNES).

Quais foram as principais preocupações dos professores franceses aquando da decisão de encerramento das escolas?

A primeira preocupação foi a continuidade pedagógica. Os professores sentiram que, naquele contexto, era fundamental manter a ligação pedagógica com os alunos e fizeram-no. Os professores foram capazes de adaptar as suas práticas profissionais à situação da crise sanitária, dando provas de criatividade e profissionalismo. Os alunos também fizeram enormes esforços de adaptação. Mas uns e outros tiveram de ultrapassar grandes limitações, desde o início do confinamento, com o encerramento de todos os estabelecimentos escolares: a ausência ou insuficiência de computadores e outras ferramentas informáticas para organizar o trabalho a distância. Além disso, sabemos que colocar à disposição de alunos e professores esses recursos, só por si, não significa qualidade de ensino a distância. São necessárias também competências digitais. Em França, foram precisas quase quatro semanas para se chegar a uma situação de ensino a distância aceitável.

Houve agravamento das desigualdades?

Sim, isso aconteceu, infelizmente. É necessário refletir sobre as formas de limitar os efeitos das desigualdades que se agravaram de forma sequencial com o ensino a distância: os que mais precisam de um professor são também os que menos acesso têm às tecnologias e a outros recursos que os possam apoiar fora da escola.

Como foi feita a avaliação das aprendizagens?

Neste contexto, defendemos uma avaliação formativa e não a avaliação sumativa. As notas atribuídas no terceiro trimestre, durante o período de confinamento, não foram tidas em conta. E isso é positivo.

Falemos dos professores...

O ensino a distância levou à abolição da fronteira entre a esfera privada e a esfera profissional. Como é um trabalho em linha, professores

são contactados a qualquer dia, a qualquer hora. Esta situação agravou-se, ainda, quando algumas escolas começaram a reabrir. Isso veio provocar uma dupla carga de trabalho, que resulta da coexistência de ensino a distância e presencial. O que coloca problemas aos professores.

Que perspetivas para o próximo ano letivo?

O ministro já veio dizer que a educação a distância vai prosseguir. Provavelmente tem razão. Não será possível receber todos os alunos nas escolas em setembro. Atualmente, a reflexão do Ministério da Educação está centrada em como pode ser feita a combinação dos horários, uma espécie de distribuição de serviço mista. Se não tratarmos seriamente a questão da combinação ou alternância entre ensino a distância e presencial, vamos ter grandes problemas ao nível dos horários e das condições de trabalho dos professores.

Como é que o SNES avalia a experiência de ensino a distância em França?

Trata-se de uma solução de recurso, que não permite atingir os mesmos objetivos que a aprendizagem presencial. A interação professor-aluno e entre alunos é fundamental na relação pedagógica. O aparente sucesso do ensino a distância deve-se à capacidade dos professores de se reinventarem, o que aconteceu, de facto. Mas não se pode criar a ilusão de que este ensino remoto pode substituir o ensino presencial, com a mesma eficácia e com menos custos – pondo em risco, em particular, a redução do número de alunos por turma, novas contratações de professores, etc. O ensino a distância pode tornar-se um terreno de caça para o setor privado ligado ao digital e simultaneamente um terreno de caça para certos governos que vão querer redefinir as missões e prerrogativas da profissão de professor.



UMA DGAE AO JEITO DE DR. JEKYLL...

Circular veio dar resposta, no essencial, às posições do SPN e da Fenprof relativamente ao cumprimento dos requisitos para a progressão na carreira docente: formação contínua, avaliação de desempenho e observação de aulas

A pandemia de Covid-19 e a consequente declaração do estado de emergência determinaram, entre outras medidas, a obrigação de recolhimento domiciliário dos cidadãos e a suspensão das actividades lectivas e não lectivas e formativas, que vieram, em muitos casos, inviabilizar o cumprimento dos requisitos para a progressão na carreira docente, designadamente a formação contínua, a avaliação do desempenho docente e a observação de aulas, tendo sido interrompidos procedimentos já iniciados ou adiados outros já previstos.

Perante essa realidade incontornável, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) sempre defenderam que, no entanto, dela não deveria resultar qualquer prejuízo para os docentes no que dissesse respeito à sua progressão na carreira.

Com data de 14 de Abril, foi divulgada a circular B20028014G, da *Direcção-Geral da Administração Escolar* (DGAE), que veio dar resposta, no essencial, às posições que havíamos defendido. Concretamente, a solução encontrada passou pelo alargamento de prazos, até 31 de Dezembro de 2020 (observação de aulas e conclusão de acções de formação contínua) ou até 31 de Janeiro de 2021 (reuniões das secções de avaliação de desempenho docente, SADD), mas com retroacção de efeitos às datas inicialmente previstas para esses mesmos actos.

Mais recentemente (21 de Maio), a DGAE publicou um conjunto de perguntas frequentes sobre a operacionalização das medidas excepcionais e temporárias relativas à formação contínua, avaliação do

desempenho docente e observação de aulas constantes na referida circular de 14 de Abril.

Cuidou a DGAE, neste segundo documento, de abordar pormenores importantes não completamente esclarecidos na circular, de que se destacam os seguintes exemplos:

- as acções de formação realizadas por outras entidades formadoras que não Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) podem ser abrangidas pelo disposto na circular B20028014G;
- os docentes que viram o seu processo de observação de aulas adiado até 31.12.2020 beneficiam do adiamento do prazo para entrega do relatório de auto-avaliação;
- o relatório de auto-avaliação dos docentes que concluem o processo de observação de aulas e de formação até 31.12.2020 pode, excepcionalmente, referir as actividades realizadas no 1º período de 2020/2021;
- os docentes que aguardam a sua progressão não podem, naturalmente, ser prejudicados pelo adiamento da conclusão do seu processo de avaliação do desempenho, pelo que, por força da aplicação do Despacho nº 12567/2012, de 26 de Setembro, num mesmo agrupamento de escolas/escola não agrupada, todos os docentes, independentemente do escalão em que se encontram, terão de ver as suas propostas de classificação validadas e harmonizadas pela SADD na mesma data.
- a avaliação do desempenho dos docentes contratados terá de estar concluída até ao final do ano escolar 2019/2020;
- forma de resolução dos processos em que os docentes avaliados mudam de agrupamento ou escola, de disciplina e/ou de grupo de recrutamento ou mesmo de avaliador externo, antes de concluídos os seus processos avaliativos;
- os docentes que entrem em situação de mobilidade estatutária ou que ingressem em lugar de quadro nas regiões autónomas da Madeira ou dos Açores não têm de realizar ou concluir o processo de observação de aulas, aplicando-se o nº 1 e o nº 2 do ponto II da Circular DGAE nº B18002577F, de 09.02.2018.



... E DE MR. HYDE!

Pelo terceiro ano consecutivo, as listas provisórias de candidatos às vagas para progressão aos 5º e 7º escalões não contemplam os elementos que determinam a sua ordenação relativa, de acordo com a Portaria nº 29/2018.

No dia 29 de Maio, a DGAE procedeu à divulgação das listas provisórias de graduação dos docentes candidatos à obtenção de vaga para efeito de progressão aos 5º e 7º escalões da carreira docente. Acontece que, pelo terceiro ano consecutivo, pois o mesmo problema já havia sucedido em 2018 e 2019, tais listas não contemplam, para cada candidato, os elementos que, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4º da Portaria nº 29/2018, de 23 de Janeiro, determinam a sua ordenação relativa, ou seja:

- o tempo de serviço contabilizado em dias, considerado para efeitos de progressão, prestado no escalão (critério fundamental de ordenação);
- a avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, apurada quantitativamente até às milésimas (1º factor de desempate);
- a idade/data de nascimento (2º factor de desempate).

De facto, aquelas listas contemplam apenas, além do nome dos docentes candidatos à obtenção de vaga e do respectivo número de utilizador, o escalão em que se encontram e o respectivo índice de vencimento, informação completamente redundante, e a data de entrada no escalão. Ora, este último elemento não é, por si só, suficiente para determinar o número efectivo de dias cumpridos no mesmo, pois um docente poderá ter mais dias do que os decorridos desde essa data por motivo, por exemplo, da aplicação de factores de bonificação de tempo de serviço legalmente previstos, ou menos dias, devido a faltas injustificadas ou licenças sem vencimento entretanto ocorridas.

Esta grave omissão por parte da Administração, para mais tratan-

do-se de um concurso, atenta claramente contra o princípio da transparência que deve presidir a toda a sua atuação, dado que, desconhecendo os elementos tidos em conta para a definição da sua posição nas listas divulgadas, os candidatos foram materialmente impedidos de verificar a correção dos mesmos e, consequentemente, de formular correctamente uma hipotética reclamação, procedimento cujo prazo terminou, entretanto.

Parecer da CADA. Salienta-se que esta atitude não só desrespeita a Fenprof, que em todas as situações alertou para a incorrecção do procedimento, tendo obtido, em 2019, na sequência de queixa apresentada à Comissão de Acesso a Documentos Administrativos (CADA), um parecer que conclui:

“Revestindo o procedimento de preenchimento das vagas para progressão aos 5º e 7º escalões da carreira dos professores natureza idêntica à de um procedimento concursal, as listas de graduação dos professores podem conter e tudo aconselha que contenham os dados concretos relativos ao critério regulamentar de ordenação, bem como aos critérios de desempate utilizados, previstos nos n.ºs 1 e 2, respetivamente, do artigo 4.º da Portaria n.º 29/2018”

Esta situação levou a Fenprof a oficiar à Secretária de Estado da Educação, requerendo a substituição das listas divulgadas por outras correctamente elaboradas, das quais constem os elementos verdadeiramente relevantes para a ordenação relativa dos candidatos. Entreviemos, ainda, junto da Provedora de Justiça, da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto e ainda dos grupos parlamentares, visando, caso já não sejam alteráveis as listas provisórias, que ao menos as listas definitivas possam já incluir os elementos que as primeiras omitiram, numa atitude de ostensivo desrespeito não só para com os docentes visados pelas mesmas, mas também pela Fenprof, pela CADA e pelas mais elementares regras de seriedade e transparência que deveriam ser apanágio de toda a Administração Pública, mas que a DGAE e o ME tantas vezes ignoram.

SPN DE LUTO



ALICE MELO

1959 – 30.03.2020

Pediram-me para falar sobre ti...

Sabes, é muito fácil encontrar palavras que te definam; eras uma mulher decidida, inteligente, corajosa, paciente, forte, generosa, meiga, teimosa, orgulhosa e um pouco possessiva, gostavas de ter as pessoas que amavas perto de ti. A bondade era uma característica tua, estendeste sempre as mãos a quem precisou, sem nunca pedir nada em troca.

Tive a sorte de te conhecer já lá vão 31 anos e esta amizade cresceu e cresceu, sem nunca mais parar. Ao longo destes anos, fui-te conhecendo como ninguém; debaixo dessa forte carapaça, descobri as inquietações, os medos, as fragilidades, as mágoas, mas também a força inabalável que tinhas, os sonhos e, sobretudo, a esperança, que é comum a todos: amar e ser amada. E foste.

Os dias e os anos foram passando, vivemos momentos únicos fazendo parte da equipa SPN, onde colocaste a tua dignidade, honestidade e, sobretudo, a tua lealdade.

Não eras uma mulher fácil; talvez porque não tinhas papas na língua, dizias as coisas sem rodeios, defendias as tuas convicções e os princípios morais que sempre nortearam a tua vida. E por isso foste, e és, motivo de orgulho para mim.

Já faz mais de dois meses que partiste; não me avisaste, estás em falta comigo – lembras-te do que confidenciámos? “Não partes sem nos despedirmos”. Partiste e, agora, está a custar muito ultrapassar esta dor; tenho de me agarrar à tua imagem, ao teu sorriso, às coisas boas que passámos, e relembrar como ficavas feliz sempre que falávamos do teu afilhado.

Por muito que doa, e custe, o tempo vai encarregar-se de me ajudar a esquecer a dor, mas nunca o meu amor por ti...

Alice, estarás sempre no meu coração, jamais te esquecerei! Até um dia, descansa em paz!...

Rosa Morais



JOSÉ CARLOS GONÇALVES

1953 – 11.03.2020

Em resultado de doença prolongada, deixou-nos, muito precocemente, o nosso colega e amigo José Carlos Vaz Gonçalves, o que muito lamentamos. Aconteceu em plena época de confinamento, impedindo uma digna participação nas exéquias de todos aqueles que, por variadíssimas razões, gostariam de o ter feito.

Esta é uma singela homenagem ao professor, mas, acima de tudo, à pessoa, ao homem que era e que vai deixar muitas saudades em amigos, colegas e alunos. Amigo desde a infância de muitos de nós, era uma pessoa extremamente simpática, de um tom afável e sensível, dotado de uma tal simplicidade e boa disposição que faziam dele uma pessoa especial.

Natural de Vimioso, terra que tanto amava, foi a escolhida para residir e desenvolver toda a sua carreira. Iniciou a atividade profissional aos 23 anos, na então designada Escola de S. Vicente de Vimioso, como professor de Geografia, tendo deixado de exercer apenas em 2018, quando a terrível doença o impediu. Os testemunhos dos alunos referem-no como docente responsável e exigente, sempre preocupado com os resultados e o sucesso deles, provendo equidade, igualdade e justiça na perspetiva de minorar as dificuldades de muitos. Apresentava uma atitude de amizade, companheirismo e de compreensão da rebeldia inerente à adolescência... Os alunos (sobretudo os do 9º ano, finalistas) lembram com saudade os diversos passeios e visitas de estudo que fizeram, em que nunca o ‘Stor Zé Carlos’ deixou de os acompanhar...

Foi presidente do conselho executivo durante vários anos, cargo que desempenhou com rigor, honestidade e máxima competência. Era notória a inteligência e perspicácia com que interpretava as orientações ministeriais, os desafios constantes que se apresentavam, sempre em renovação (novos procedimentos, novas práticas, novas tecnologias, novas diretivas), e a maneira serena como os conciliava com as razões, as motivações, as dificuldades de todos os colegas, alunos e funcionários, de forma à exequibilidade dos projetos pretendidos e a proporcionar um ambiente de qualidade educativa, rigor, harmonia e completo bem-estar.

Foi fundamental na formação do agrupamento escolar entre os vários ciclos do Ensino Básico, pela forma como soube sempre gerir a sua relação com os outros e entre todos (pronto a ouvir, aconselhar, sugerir...) e relativizar e gerir os conflitos, contribuindo, assim, para dar uma imagem de credibilidade e prestígio à instituição Agrupamento Vertical de Escolas de Vimioso.

Além do seu caráter e das qualidades já referidas, para tudo isto, contribuíram também os princípios reivindicativos sindicais, presentes na sua ação desde o início da sua carreira. Sindicalizou-se no SPN em 1985, veio a integrar os corpos gerentes em 2011, fazendo parte

das sucessivas equipas por vários mandatos, e, pelo seu exemplo, deu grande contributo ao sindicato.

Na comunidade de Vimioso teve sempre um papel interventivo, quer em associações de solidariedade social (Santa Casa da Misericórdia, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários) e desportivas (Águia Futebol Clube), quer em atividades políticas, pertencendo “desde sempre” à Assembleia Municipal (tendo exercido mesmo o cargo de presidente), onde muitas vezes defendeu a Educação, o apoio social aos alunos, a posição dos professores e a Escola Pública. Sempre numa atitude sensata e colaborante da causa pública, para o bem-estar da população da sua terra.

**Merência Machado e
Albertina Pires**



BENJAMIM DA COSTA ARAÚJO

1953 – 25.04.2020

Não é fácil conhecer as pessoas que são moderadas de linguagem e expressão, como era o nosso colega Benjamin, mas mais difícil será, ainda, conhecer aqueles que se cobrem com capas de comunicação expansiva e quase permanente.

Assim, o tempo não precisa de convivência exaustiva, nem de maximizar contactos, nem fazer somar montanhas de apresentações de ‘eus’ ou ‘tus’. Às vezes, participar é bastante para trazer até nós o melhor daqueles que o têm em si, natural e discreto, pronto a revelar-se no momento mais oportuno, para esclarecer e resolver, para fazer equipa, para colaborar e partilhar.

Moderado de voz e tom, mais se notava a presença do Benjamin pelo seu aspeto físico, para se vir depois a considerar ainda mais notável e digno o seu outro ser que vivia no olhar iluminado entre a confiável reserva e a discreta atenção e ali, no lugar certo, a inteligência, capaz de acompanhar à razão as pessoas com quem trabalhava.

Tarde veio à nossa companhia, na missão e na causa de sindicalismo ativo, depois de muitos anos ligado a um conselho diretivo em tempos de gestão democrática. Tempo escasso para que possamos ter aprendido tudo, mas tempo tão bastante para sentirmos profundamente a ausência de um camarada, colega e amigo.

Jorge Pimentel

AMIGO, PROFESSOR E ANTIGO DIRETOR DA ESCOLA ...

A última vez que falámos presencialmente foi há cerca de um ano; estava bom tempo, estávamos na delegação do SPN...

Sentou-se entre nós e a Sandra. Perguntou-nos como estava tudo por ali. Falámos dos filhos, da saúde e da doença, das lutas diárias e das lutas pontuais. Dos concursos, dos sócios que insistentemente perguntavam por si... Lembra-se?

Rimo-nos todos. Estávamos tão felizes. Combinámos um almoço para quando o tempo estivesse mais quentinho, para não constipar, que não se podia correr riscos! Combinámos agendar para o próximo ano letivo. Todos juntos outra vez. Planeámos o futuro, o nosso futuro em conjunto. Muito trabalho se avizinhava, mas o tempo tirou-nos o amigo, calmo e sereno. Com tantos sonhos sindicais por realizar... Estamos a escrever-lhe para lhe agradecer as palavras e os silêncios, as explicações, os conselhos e o exemplo. Para nós, é um exemplo. Nunca lhe dissemos... Beijinhos.

Patrocínio Cardoso e Rita Ramos

AMIGO, PROFESSOR E ANTIGO DIRETOR DA ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO I...

...o Engenheiro Benjamin foi uma inspiração para a nossa escola! Pelas suas qualidades, pela sua dedicação e pela sua seriedade, tornou-se numa referência de muitas gerações do concelho de Vila Nova de Famalicão. Estar ao seu lado foi uma honra para todos nós! Vamos sentir saudade! Fica hoje mais pobre a Educação! Para sempre ficará no coração e na lembrança desta comunidade!

Agrupamento de Escolas D. Dancho I



ADRIANO SOARES PINTO

1955 – 20.05.2020

Em 1998, depois de uma série de anos na Educação Especial, tendo decidido experimentar o trabalho com uma turma de Ensino Regular do 1º Ciclo, concorri e fui colocado na Escola nº 117 do Porto. No curto espaço de tempo entre o conhecimento da colocação e a apresentação na escola, várias foram as colegas a quem ouvi dizer: “Que sorte! Estás na escola do Adriano!”

É claro que já conhecia o Adriano – ainda que vagamente – desde os tempos do Magistério do Porto, passando pelas movimentações em torno da fundação do SPN e, mais tarde, pelos CESE [cursos de estudos superiores especializados] na Escola Superior de Educação. Mas é de 22 anos de trabalho lado a lado que aqui deixo um breve testemunho.

A minha entrada na escola – de onde, diga-se de passagem, nunca mais quis sair – coincidiu com o primeiro ano de funcionamento num

novo modelo de gestão. Era um edifício de construção recente, com 16 turmas, mais de 20 professores e cerca de 400 alunos, números suficientes para poder assumir, sem precisar de agrupar com outras, o estatuto de agrupamento horizontal, que, mais tarde, acabaria por tomar o nome de Agrupamento João de Deus.

O Adriano era um dos três professores da Comissão Executiva Instaladora (mais tarde, Conselho Executivo) e, sem desprimor para os outros dois colegas, era, sem qualquer dúvida, o elemento dinamizador do agrupamento.

Seguiram-se anos de estimulante atividade, com a elaboração de Regulamentos Internos e de Projetos Educativos, nos quais, desafiado pelo Adriano, exerci as funções de presidente do Conselho Pedagógico.

Testemunhei, dia a dia, a sua forma de viver a escola de acordo com uma visão sempre focada no desenvolvimento cultural e humano dos alunos. Na perspetiva para a qual o Adriano dinamizava a equipa pedagógica, os ensinamentos escolares só faziam sentido em função de uma conceção de cultura que privilegiava, assumidamente, três dimensões: o acesso à fruição precoce de formas artísticas vulgarmente consideradas eruditas; a aprendizagem das ciências através da prática experimental; o desenvolvimento de relações humanas centradas na amizade.

Em coerência com essa visão, com muito esforço e alguma teimosia, foi mobilizando pais e professores até conseguir que a maioria dos alunos frequentasse os *Concertos Promenade* que se realizavam no Coliseu, ao domingo de manhã. Mas o seu maior sucesso foi ter instalado na escola João de Deus, há quase vinte anos, um laboratório de ciências experimentais com equipamento a nível do ambicionado, mas nem sempre conseguido, por escolas de ciclos mais avançados.

No que se refere à cultura dos valores cívicos e humanos, o Adriano fomentava constantemente em todos os miúdos – e não apenas nos das turmas que lecionou – uma ligação afetiva à escola e uma tradição de acompanhamento responsável dos mais novos pelos mais velhos. É raro o dia em que a João de Deus não receba visitas de antigos alunos que vão matar saudades dos espaços, dos seus professores e professoras e do Professor Adriano.

No relacionamento entre os adultos da escola, a ele muito se deve um clima, ainda hoje existente, caracterizado pela permanente camaradagem, que proporciona uma fácil integração dos mais jovens, sempre com cordialidade e com a valorização do saber dos novos e da experiência dos menos novos. A esse propósito, o Adriano citava com frequência memórias, quase sempre bem-humoradas, de professores seus e de colegas com quem tinha trabalhado: “*Como dizia o professor Pedro Mesquita*”, “*Como dizia o Daniel Espain*”...

Nos anos de viragem do século, a sua liderança ajudou a moldar muito do que a escola João de Deus ainda é e, certamente, continuará a ser.

Vieram depois anos de políticas educativas cada vez mais limitadoras da autonomia das escolas e da participação democrática dos professores. Foram os anos em que o ministro David Justino forçou a agregação de agrupamentos, segundo critérios meramente economicistas e burocráticos. Lembro-me de muitas vezes ouvir ao Adriano a descrição da imagem caricata de um diretor regional cortando o mapa da cidade, com uma régua e um esquadro, para decidir a fusão de agrupamentos. Muito se perdeu do dinamismo dos anos anteriores, ao mesmo tempo que a tomada de decisões

se centrava em direções e diretores estranhos à vivência da escola e às especificidades do 1º Ciclo.

Seguiram-se os anos de tentativa de divisão dos professores em castas de titulares e não titulares, tentativa que a luta dos professores acabou por impedir. Mais tarde, atravessámos o período de chumbo de Crato e da sua obsessão ‘fetichista’ pelos exames, que tanto arrepiavam o Adriano. Novas lutas difíceis, partilhadas na escola e no sindicato.

Também nesses anos e nos mais recentes, continuámos a contar sempre com a sua participação dirigente, tanto na luta sindical dos professores como na vida da Escola João de Deus, perseguindo os mesmos valores de sempre e cultivando, sobretudo, a amizade e o prazer do convívio.

Eduardo Ricardo

CEDO DEMAIS E DE FORMA INESPERADA

Sereno, discreto, mas sempre empenhado em tudo o que se envolvia, o Adriano Pinto foi dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) desde sempre. Enquanto pessoa, adorava a música e o canto, fazendo disso o seu principal passatempo. Enquanto professor do 1º Ciclo, primava pelo profissionalismo e pelo gosto que nutria pela profissão, não deixando de arriscar em inovações que lhe fossem propostas. Como professora, tive o privilégio de o conhecer nos anos ‘90, tendo partilhado várias experiências e projetos pedagógicos, trabalho em equipa e formações diversas, podendo constatar o seu caráter e a sua capacidade para liderar equipas, sempre com serenidade e discrição, buscando consensos.

Mais tarde, também tive o prazer de trabalhar sindicalmente com ele, como delegado e dirigente do SPN, tendo testemunhado a forma calma, mas sempre fundamentada e assertiva com que defendia as suas posições, apresentava propostas, mobilizava os colegas e combatia as injustiças ou os diversos ataques aos direitos socioprofissionais. Ao longo destes mais de 30 anos, participou em muitas e muitas das nossas lutas, de forma sempre discreta, mas firme. Por duas vezes, esteve à beira da aposentação, mas infelizmente não a alcançou!

Partiu como viveu, de forma discreta e serena... Ficam a saudade e as muitas lembranças que deixa em cada um de nós, que tivemos a sorte de privar com ele. Que descanse em paz!

Maria José Silva
Direção SPN/PORTO



Dia Internacional da Mulher:

CONVÍVIO ANTES DA PANDEMIA

Para celebrar o Dia Internacional da Mulher (8 de março), o SPN promoveu uma tarde de convívio no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Bonfim, que incluiu música e danças tradicionais ao vivo, um pequeno beberete e o sorteio de livros, discos e obras dos artistas plásticos Alberto Péssimo, Isabel Amaral e José Paulo Reis. Prejudicada pela chuva intensa, a iniciativa constituiu mais uma oportunidade de mobilizar TOD@S para o desafio de alcançar uma efetiva igualdade de géneros e a realização dos direitos de todas as meninas e mulheres.

O SPN agradece a todas as pessoas que contribuíram para a realização da iniciativa, bem como à Junta de Freguesia do Bonfim (vogal professor Hugo Pinho), pela amável cedência das instalações, e aos seus funcionários, senhores Luís Hermínio Silva e Serafim Silva, pela disponibilidade e pelo apoio dispensado.

Maria José Costa
Direção SPN

QUE ESCOLA SE SEGUE À COVID-19?

A educação foi e continua a ser bastante afetada pela pandemia covid-19. Gradualmente, os países reabrem os estabelecimentos de ensino. Enquanto as escolas se preparam para voltar “à normalidade”, investigadores questionam se os sistemas educativos vão aprender com as lições da experiência pandémica.

Quando as escolas começaram a fechar, o que segundo a UNESCO aconteceu em 188 países por todo o mundo, os professores viram-se a braços com a necessidade de criar práticas de ensino alternativas. Fizeram-no. “Apesar da pouca formação inicial para dar aulas à distância”, admitem os investigadores, Sogol Noorani e David Crosier, numa análise intitulada *“Can the coronavirus pandemic improve our schools?”*, publicada no fórum online da rede Eurydice, onde vários especialistas têm debatido o impacto da covid-19 no ensino. Os professores não foram os únicos a ter de se reinventar. Pais com crianças em idade escolar, por outro lado, tiveram “subitamente de encontrar um equilíbrio entre os compromissos de trabalho ou teletrabalho e os esforços para apoiar as atividades educativas dos filhos em casa”. Resultado: “No melhor cenário”, constata os investigadores, “os professores conseguiram colaborar entre si e com os pais para assegurar a continuidade do ensino aos alunos”. Ainda assim, alguns professores tiveram grandes dificuldades com as tecnologias da informação. Em Itália, “o encerramento das escolas obrigou os professores a inventar uma nova sala de aula do nada”, dava conta um artigo publicado no jornal *The Guardian*, a 24 de abril. Sem guias ministeriais ou sites aprovados, “toda esta nova forma de ensino online foi criada por nós professores no último minuto”, relatava ao jornal britânico Daniele Martino, professora do ensino secundário em Turim.

As primeiras semanas foram caóticas, descreve o jornalista Tobias Jones, pai de três filhos, com 15, 13 e 9 anos e há três anos radicado em Itália. “Havia pouca coordenação entre diferentes professores da mesma escola, e muito menos coordenação entre professores de escolas diferentes, e os pais diziam-se aturdidos com uma vasta gama de plataformas de comunicação online: Meet, Classroom, Zoom, Jitsi, Edmodo.”

Mas em Itália, como em muitos outros países, a Internet não chega a todos. “O problema não estava apenas no facto de sites e ser-

vidores bloquearem, porque quase oito milhões de estudantes do país estavam conectados”, reflete Tobias Jones, “mas nas muitas crianças que não tinham uma conexão.” Segundo os últimos dados da agência nacional de estatística daquele país, 23,9% das famílias italianas não têm acesso à Internet.

Resposta à desigualdade educativa. Antes da pandemia, a desigualdade era já um problema sinalizado em muitos sistemas educativos. Com o encerramento das escolas, a situação agravou-se, corroboram Noorani e Crosier. “As famílias com baixa escolaridade, barreiras linguísticas ou privações materiais, incluindo a falta de recursos físicos, como computadores ou Internet de alta velocidade, são incapazes de apoiar o ensino à distância dos filhos.” O lado positivo foi que por toda a Europa, e mesmo fora dela, vimos que “os governos tomaram medidas imediatas para garantir apoio às famílias mais desfavorecidas”.

Exemplos vindos de Espanha, onde uma lei adotada recentemente determina que as famílias cujas crianças beneficiam de refeições escolares têm direito a ajuda financeira ou à entrega direta de alimentos durante o encerramento da escola. Mas também vindos da Holanda, onde o governo destinou 2,5 milhões de euros para comprar computadores portáteis para estudantes do ensino geral e profissional que não têm equipamento adequado em casa.

Portugal surge como exemplo nesta síntese de países que atenderam às desigualdades entre alunos, por ter disponibilizado um canal de televisão nacional para transmitir aulas de diversas disciplinas para todos os alunos em idade escolar obrigatória. Visando, sobretudo, aqueles que não têm acesso à Internet ou a computadores. E a Irlanda, cujas orientações específicas emitidas pelo Departamento de Educação e Competências disponibilizaram conselhos e recursos concretos para escolas e professores destinados a apoiar estudantes do ensino básico em risco de desigualdade educativa.

Estas iniciativas “representam algumas das respostas mais urgentes e essenciais para lidar com as desigualdades sociais e educativas que a pandemia de coronavírus fez aumentar nas nossas sociedades”, sublinham os investigadores.

Melhoria de resultados dos alunos. Da experiência de ensino à distância, a Eurydice tem ouvido professores que relatam uma “melhoria inesperada” nos trabalhos escolares dos seus alunos. Entre estes docentes, cresce a certeza de que vários fatores – inerentes à atual realidade educativa – estão a contribuir para este fenómeno. Fatores como a flexibilidade que os estudantes agora têm para organizar os seus dias. Algo que lhes permite, por exemplo, fazer exercício ou pausas conforme as suas necessidades. Até mesmo a

falta de atividades extracurriculares pode estar a dar aos alunos mais tempo para se concentrarem no trabalho escolar. Mas também não serão de ignorar a queda na carga geral de trabalho, o adiamento de testes que veio retirar dos alunos a pressão e o medo de falhar. E, por último, a segurança de estudar em casa, que, para os alunos que são vítimas de *bullying*, pode ser um alívio bem-vindo.

Comunicação entre pais e escolas. Noorani e Crosier estão convencidos de que “a pandemia sublinhou também o papel crítico desempenhado pelos pais no apoio à aprendizagem e desenvolvimento dos alunos”. O facto de se ter conseguido “estabelecer uma comunicação clara entre as escolas e os pais, com orientações simples sobre os objetivos e resultados da aprendizagem, tem sido fundamental para garantir que os pais possam ajudar os seus filhos sem que ninguém se sinta sobrecarregado”, argumentam.

Comunicação, consulta e coordenação entre a escola e a família continuam a ser cruciais. Tanto para garantir aos pais que os alunos estão seguros na escola, como para assegurar a continuidade do apoio às atividades letivas, neste momento da reabertura iminente dos estabelecimentos de ensino, advertem os investigadores da Eurydice. Numa altura em que o mundo ainda não dispõe de vacina para a covid-19, o regresso à escola impõe o cumprimento de medidas para impedir a propagação do vírus. Recentemente foram conhecidas em Portugal as regras de higienização dos espaços escolares e distanciamento social aplicadas a creches e escolas secundárias que abriram a 18 de maio. Regras que tinham sido antecipadas em março pela UNICEF, no documento “*Key Messages and Actions for Covid-19 Prevention and Control in Schools*”.

Saúde física, mental e bem-estar. Sem minimizar as preocupações com o contágio por covid-19 nas escolas, Noorani e Crosier advertem que “as necessidades de saúde também devem incluir saúde mental e bem-estar, que continuarão a representar desafios para estudantes e funcionários além do período de confinamento”. Inquéritos realizados a professores durante a atual pandemia mostram que muitos experimentam níveis elevados de stresse e ansiedade. 59% dos professores do ensino básico e 49% dos professores do ensino secundário do Reino Unido, numa amostra de 820 inquiridos através da plataforma YouGov, mostraram níveis de stresse e ansiedade superiores ao normal no início do semestre. Em Portugal, algumas associações de professores e diretores têm considerado a possibilidade de a classe docente estar agora emocionalmente ainda mais exausta do que antes da pandemia.

Nos inquéritos já realizados em diferentes países, os níveis de stresse e ansiedade mostraram-se relacionados com o encerramento da escola, com o ensino à distância, mas também com a incerteza do regresso às aulas. “Sentimentos que podem aumentar à medida que as escolas reabrem”, advertem Noorani e Crosier.

A pandemia suscitou uma série de questões que, de acordo com os investigadores, não devem ser ignoradas. “Os sistemas educativos podem usar esta crise como uma oportunidade para repensar algumas das suas práticas e levar uma experiência positiva para a era pós-covid-19.”

Que escola se segue? Existem já algumas pistas.

Andreia Lobo

(Educare.pt, 03-06-2020)

COVID-18

O DIA E

O tempo, que no entendimento de Einstein seria relativo, mas que neste contexto é absoluto, aproxima-nos do dia 18, o dia da Escola. Nessa próxima segunda-feira, certos alunos e certos professores regressarão às escolas. Como sempre, a primeira semana (de 18 a 23 de maio) será de suave habituação aos novos tempos, com ordens e contra ordens, regras e contra regras. A última (de 23 a 26 de junho), a semana da avaliação final, a decisiva. Pelo meio, quatro semanas de pseudo aulas.

Pergunto a mim próprio se valerá a pena gastar o que se vai gastar para criar as condições mínimas para este regresso e desgastar professores e alunos em 4x5=20 dias de esperanças vãs. O que aprenderão estes alunos que não pudessem continuar a aprender nas tais vídeo-aulas? Haverá alunos ausentes – como lhes será fornecida a tão preciosa comida pedagógica que exige presença? – e professores que se escusam por serem de risco. As substituições nunca serão imediatas, mesmo que antecipadamente desburocratizadas. Um transtorno, uma aflição, um desespero, uma ansiedade, e tudo para quê? Porque há exames? Disciplinas presenciais, disciplinas síncronas, disciplinas assíncronas. Não será isto uma falsa representação do tal ensino-aprendizagem? Qual o critério? Uma questão de formação? Não! Um critério pedagógico? Não! Apenas o critério político “exames must go on”. Reduzimos as nossas escolas a entidades prestadoras de exames. As escolas transformaram-se em escolas de condução para exames.

Sacrificamos tudo e todos pelos exames. Mas que de tão importante terão esses benditos exames para serem acarinhados, venerados, louvados, salvaguardados? Triste ver um ministro da Educação sempre a bater no peito, gritando bem alto pela inclusão, pela cidadania, pelo perfil do aluno do século XXI, pelas aprendizagens significativas, pelos saberes estruturantes, e depois vender-se por um prato de disciplinas de exame, quais lentilhas.

Triste! Demasiado triste! Eu não quero ir embora, eu vou embora!

Alberto Teixeira

Professor Aposentado

(Facebook, 14.05.2020)

À DISTÂNCIA NÃO HÁ ESCOLA

Sob a condição do “confinamento”, o universo digital sofreu uma enorme expansão e até os mais relutantes e muitos dos excluídos do uso das novas tecnologias – geralmente, os mais velhos – fizeram a sua iniciação. A vida à distância forçou a integração no eco-sistema digital.

A experiência mais notável e importante, em curso, é o ensino à distância, que faz a escola sair do seu invólucro de protecção e entrar nas casas, na intimidade doméstica. O sistema, como já foi dito em jeito de aviso, implica um perigo a que hoje todos estamos expostos, quase sem resistência: uma ampliação significativa do panóptico digital (o que permite ver tudo e exercer a vigilância). Mas a questão fundamental nesta experiência é a de saber se ela é bem sucedida (ou melhor, qual o nível de sucesso atingido) no plano didáctico, quais são as suas potencialidades e que conclusões retirar.

Há certamente resultados diferentes, à medida das inescapáveis diferenças entre as disciplinas, os professores e os alunos. Não irei falar dos constrangimentos e sucessos, a partir das experiências pessoais, mas reflectir um pouco sobre a situação em termos menos empíricos.

Começo pela questão da transparência: a escola esteve muito protegida enquanto beneficiou da condição hermética da sala de aula, quando se fechava a porta e se criava um espaço descontínuo e sem intromissões exteriores (às vezes utópico, às vezes de terror). Esse tempo chegou há muito tempo ao seu fim e a sala de aula, reflectindo a abertura da escola no seu todo, deixou de ser um espaço autárquico. A transparência, que já antes suscitava discussão sobre se devia ou não ser modalizada, conhece agora uma nova etapa: tornou-se total e absoluta. Em casa, todos podem assistir às “performances” dos professores, avaliar os seus processos e a sua videogenia. Um certo grau de tecnofobia ainda era tolerado na sala de aula; no ensino à distância, não é possível nem há argumentos que o legitimem. Mas a questão mais importante que salta à vista na presente experiência excepcional (que talvez tenha o efeito de mostrar como a escola é uma instituição indispensável e capaz de alimentar a última utopia a que temos direito) é a da escola como lugar de construção do colectivo e a centralidade da aula como comunidade. O modelo da comunidade educativa tem um sentido político enorme.

Outro aspecto importante é o da atenção. Como sabemos, o desafio maior com que a escola se tem vindo a confrontar de maneira crescente é o da atenção: como conquistar e fixar a atenção dos alunos, esses “sujeitos digitais” que vivem sob o regime do fraccionamento da atenção?

A grande luta da escola, nos últimos anos, tem consistido em dotar-se de rituais específicos que servem de dispositivos atencionais, de modo a recuperar aquilo a que se chama geralmente “atenção conjunta” (ou partilhada), uma modalidade que designa o facto de a atenção de alguém (na circunstância, um aluno) ser atraída para o objecto que lhe é indicado pela pessoa (na circunstância, o professor) que exerce um papel tutelar.

Ora, esta co-atenção é eminentemente presencial. Sabe-se hoje muito bem que as crianças e os adolescentes não falham na escola por esta lhes ensinar coisas difíceis de aprender, mas porque o que aprendem na escola não lhes interessa. Por isso é que as situações de ensino precisam de ser analisadas do ponto de vista de uma ecologia da atenção. A sala de aula deve ser concebida como um eco-sistema da atenção. Será possível criar este eco-sistema no ensino à distância?

No seu livro sobre a figura do pedagogo Joseph Jacotot, *«Le maître ignorant»*, o filósofo francês Jacques Rancière descreve e analisa uma acção pedagógica dirigida essencialmente para a “emancipação intelectual”. A função essencial do mestre (potencialmente ignorante) não é explicar conteúdos, mas exercer sobre os alunos a capacidade da atenção, seja por um comando imposto, seja estimulando o desejo deles.

É para “um hábito e um prazer que se experimenta ao notar e fixar com atenção”, diz Rancière, que deve tender (atenção: *ad-tendere*, tender para) toda a experiência do ensino. Por isso é que a sala de aula é o lugar de uma experiência única, insubstituível, capaz, às vezes, de proporcionar uma experiência eufórica tanto ao “mestre” como aos alunos.

António Guerreiro
(Ípsilon, 01.05.2020)

PREPARAR O QUE AÍ VEM...

Giorgio Agamben deu o grito de alerta em Itália: “corremos o risco de termos abolido o nosso próximo.” Perante a pandemia e o confinamento chegamos à conclusão de que, em abstrato, é possível funcionar a distância, em linha, sem as relações diretas, olhos nos olhos, mas isso é só em abstrato. É extraordinário podermos contar com a comunicação digital, mas é insuficiente, sobretudo, quando falamos das relações humanas, da educação e da cultura, do conhecimento, da sabedoria, mas também da ciência e da técnica. O que tem mais valor não tem preço e o desenvolvimento humano obriga a compreender que a cooperação e a solidariedade são para a humanidade o que a biodiversidade é para os seres vivos. As máquinas não vão substituir o contacto entre seres humanos. Lembrando-me do exercício que tive o gosto de coordenar sobre a definição do perfil dos alunos no fim do ensino obrigatório, não posso esquecer que a liberdade, a responsabilidade e a cidadania exigem presença, autonomia, risco. É verdade que a situação atual não oferecia alternativa – havia que usar a distância no ensino para salvaguardar a presença futura. Mas importa, desde já, preparar a sequência. Por isso, José Tolentino de Mendonça disse: “Não é possível excluir o corpo da escola, pois é através dele que damos significação ao mundo, maturando os diversos saberes e exercitando a responsabilidade pela inteira existência” (Expresso, 30.5.2020). Perante uma situação excecional, tivemos de encontrar respostas excecionais, mas urge agora delinear com inteligência novas saídas. Afinal, se reforçarmos a liberdade e a responsabilidade pessoal, podemos combater melhor os efeitos da pandemia, prevenir e salvaguardar a saúde pública e reforçar a cidadania democrática e o desenvolvimento económico. Foi por falta de transparência e descrença na responsabilidade cívica das pessoas e das instituições que muitas soluções falharam. Temos, assim, de reconhecer as virtualidades e as limitações da solução possível encontrada – a distância e o confinamento. Agravam-se as desigualdades, afetam-se os mais frágeis, comprometem-se os níveis mais precoces de aprendizagem.

A educação e a escola têm, agora, de corresponder de modo inovador ao desafio atual. Imediatamente, não havia margem de manobra, mas temos de pensar a ligação entre desenvolvimento,

saúde pública, liberdade, responsabilidade e cidadania. Veja-se como avançamos na consciência de que o consumismo e a destruição do meio ambiente podem ter respostas positivas, através da equidade intergeracional e da justiça distributiva... Em lugar de uma estratégia defensiva, devemos preparar-nos para não ser apanhados novamente desprevenidos.

Importa contrariar os riscos de agravamento das desigualdades e da exclusão – tomando consciência de um dilema paradoxal contemporâneo, entre Cila e Caríbdis, vivemos entre a uniformização e a fragmentação. E Edgar Morin tem insistido na necessidade de tirar lições da brutal situação em que ficámos: quanto de essencial perdemos no culto do acessório, quanta liberdade perdemos no medo. Volto ao tema do perfil do cidadão do século XXI: importa complementar os avanços do mundo digital e do ensino a distância com maior cooperação interpessoal, com os bons efeitos das redes, com o favorecimento da dimensão internacional, contra os egoísmos nacionalistas. O patriotismo cívico e constitucional prospectivo é essencial, com o cosmopolitismo centrado no respeito mútuo. Urge adequar, na aprendizagem de qualidade, motivação, exigência, trabalho, capacidade de resolver problemas, cuidado, atenção e entreajuda.

Se queremos melhor democracia, temos de dar tempo ao tempo, para que a reflexão não seja substituída pela manipulação. É verdade que o ensino, no seu conjunto, pode sair da pandemia mais preparado para aproveitar as tecnologias e as novas correntes de aprendizagem, mas temos de cuidar dos que não podem ser abandonados, favorecendo a criatividade e a cooperação pessoal. No dilema saúde/economia, o valor fundamental é o da vida, da existência, da liberdade, da igualdade e da fraternidade... O capital social e a confiança obrigam ao que Adela Cortina designa como “amizade cívica” (El País, 16.5.2020). Só com esta estaremos mais preparados para afrontar próximas epidemias e ameaças de destruição da humanidade...

Guilherme d'Oliveira Martins
(Público, 11.06.2020)



ilustração Adriano Rangel

O ESTABELECIMENTO DA RAÇA NA AMÉRICA

O objetivo de recontar essa história não é meramente o de revelar as depredações do próprio racismo, mas afirmar que, longe de ser apenas uma questão de opinião, o racismo é uma ideia política bem definida e com uma origem histórica identificável.

Ela gera uma crença numa espécie de 'diferença' efêmera entre pessoas que nada tem a ver com ciências naturais, mas, em vez disso, visa manter um sistema de dominação através da desumanização de uma parte da classe trabalhadora para colocar essa classe contra si mesma.

Em 25 de maio de 2020, o cidadão americano George Floyd foi imobilizado com um joelho sobre o pescoço, durante oito minutos e quarenta e seis segundos, pelo agente da polícia de Minneapolis, Derek Chauvin. O que aconteceu durante esse período surreal não foi apenas um assassinio, mas um desafio – um desafio à dignidade básica e à humanidade de todos os americanos com quem Floyd compartilhava a cor da pele.

Não foi, claro, a primeira vez que esse desafio foi lançado ao longo da história americana. Desde os primeiros dias do comércio transatlântico de escravos, até às inúmeras mortes injustificadas provocadas por fanáticos intolerantes (fardados ou não) durante a última década, os americanos negros tiveram repetida e sistemicamente o seu valor fundamental como seres humanos desafiado e desvalorizado pelo *status quo* americano através do mecanismo da raça. Claramente, o racismo tem-se revelado uma terrível praga para a sociedade americana, mas, sentimo-nos obrigados a perguntar, o

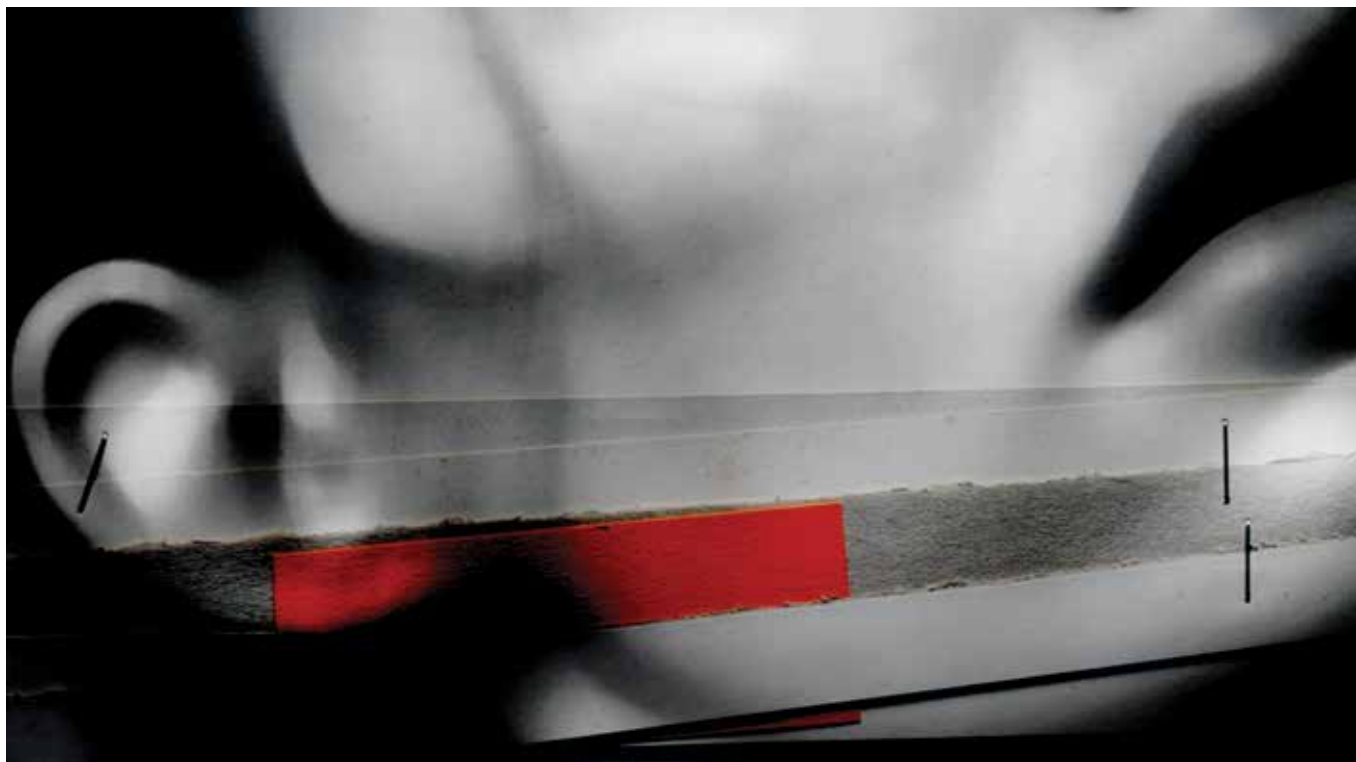


ilustração Adriano Rangel

que significa raça, particularmente no contexto americano ao qual o Sr. Floyd foi tão brutalmente sujeito, dado que ele tem o poder de distorcer os limites entre humano e desumano, entre vida e morte? Para entender essa questão, é preciso primeiro entender que os Estados Unidos foram fundados na noção colonial de uma população privilegiada de “colonos”, em oposição a uma forte resistência nativa, mas incapaz de desenvolver suas próprias propriedades apenas com a força de trabalho que os próprios colonos possuíam. Simplificando, quando os primeiros europeus se estabeleceram nas áreas que mais tarde se tornariam os Estados Unidos da América, eles precisavam de ajuda. Felizmente para os colonos, as mesmas tecnologias recém-descobertas de construção naval, transporte e navegação que tornaram possível a descoberta de seu ‘Novo Mundo’ também tornaram possível o transporte e a distribuição de grandes quantidades de carga humana que lhes daria a capacidade de lucrar com a terra que eles reivindicaram para si.

Parte dessa carga veio da Europa, sob a forma de gente pobre e de criminosos, dispostos a trabalhar como criados ou mesmo obrigados a trabalho forçado. O resto veio de África, sob a forma de escravos.

Esses trabalhadores africanos eram tipicamente submetidos a piores condições do que os seus equivalentes europeus, antes mesmo de desembarcarem. Os navios de ‘carga’ que navegavam para as colônias iam repletos de africanos escravizados, acorrentados em fileiras e empilhados como se fossem sacos de arroz ou milho, sem um mínimo de higiene e à mercê de disenteria, desidratação e escorbuto, responsáveis por taxas de mortalidade entre quinze por cento a um terço do total, embora tais perdas fossem consideradas aceitáveis pelos comerciantes de escravos, devido às altas margens de lucro obtidas com os restantes.

Uma vez chegados ao destino, esses africanos eram vendidos pela melhor oferta, deles se esperando que trabalhassem, sem qualquer remuneração e em condições desumanas, pelo resto das suas presu-

mivelmente curtas vidas. Eles eram despojados dos seus nomes, da sua cultura e de todas as relações passadas, entregues como ‘pura’ mercadoria aos colonos brancos que os compravam em leilão. Tais práticas, que formaram o sistema conhecido como “comércio transatlântico de escravos”, continuariam por mais de duzentos anos. Durante esse período inicial de colonização, não era desconhecido, mas até comum, que o *status quo* colonial enfrentava resistência por parte da sua força de trabalho [Howard Zinn, *Uma História dos Estados Unidos pelo Povo*]. O estatuto dos colonos europeus ricos, embora lucrativo, era precário, pois o seu poder assentava no pressuposto de disporem de uma força de trabalho dócil e de uma população nativa que não interferisse no bom funcionamento de seus empreendimentos. Se os nativos ou os trabalhadores se revoltassem contra os colonos, isso enfraqueceria sua posição e levaria também a outra facção a revoltar-se.

É importante notar que, embora as chegadas africanas fossem visível e culturalmente distintas das dos trabalhadores europeus, elas eram negras apenas de acordo com a sua cor de pele, não no sentido totalmente racial em que agora entendemos a negritude. Naqueles primeiros tempos, não havia leis nas colônias sobre a noção de raça como conceito, mas apenas escravatura e servidão em si mesmas. Como tal, quando ocorreram revoltas entre os trabalhadores, europeus e africanos habitualmente uniam-se contra os seus donos e os respetivos capatazes na hierarquia colonial.

À luz desse facto, do qual as classes proprietárias tinham grande consciência, eram necessários novos mecanismos de controlo para manter a força de trabalho dividida entre si mesma e, idealmente, também contra os povos nativos. Com o tempo, o conceito de raça iria dar-lhes precisamente essa ferramenta.

Alguns dos primeiros sinais do desenvolvimento da raça como conceito encontram-se em documentos legais sobre o estatuto dos filhos de mulheres inglesas geradas por “negros” nas colônias.

Em 1664, o estado de Maryland tentou estabelecer, por meio da “Lei relativa aos negros e outros escravos”, que qualquer criança que tivesse um escravo como pai seria ela mesma escrava logo à nascença [Barbara J. Fields, *Escravidão, Raça e Ideologia*]. Esse padrão não duraria muito, sendo notoriamente difícil estabelecer a paternidade, mas a tentativa dos primeiros colonos de estabelecer categorias sociais e legais distintas para negros e brancos, mesmo que ainda não explicadas diretamente pela raça, estava em marcha. Mais tarde, leis semelhantes viriam a ser estabelecidas em grande parte dos Estados Unidos, embora o estatuto de tais crianças se tornasse dependente da maternidade, que era muito mais simples de estabelecer, e não da paternidade. Essas leis estabeleciam que qualquer criança nascida de mãe escrava seria escrava – um enorme ganho para os proprietários de escravos, que agora podiam gerar seu próprio ‘stock’ a partir da população existente. Esse estatuto aplicava-se aos filhos de mulheres escravas até quando gerados pelos próprios senhores.

Muitas leis foram aprovadas nos anos que se seguiram, reduzindo a capacidade de brancos e negros de confraternizarem, casarem e, sobretudo, de escaparem juntos da servidão, caso em que os criados brancos teriam que prestar anos de serviço ao dono do escravo em causa. Embora as motivações por trás dessas leis fossem complexas, o facto básico a reter é que uma força de trabalho solidária de negros e brancos das colónias dificultava a vida dos seus proprietários enquanto grupo. A divisão entre “negro” e “europeu”, “branco” e “preto”, independentemente da questão natural, tornou-se extremamente útil para a manutenção do poder colonial.

Como tal, quando a ideia de “raça negra” foi finalmente codificada em lei (no censo de 1790, o primeiro dos EUA, existiam três categorias raciais explícitas: brancos livres, negros e outros), era do maior interesse dos europeus ricos apoiarem o conceito por meio de pseudociências como a frenologia, bem como de interpretações legais de má-fé que restringiam diretamente os direitos dos negros, protegendo ainda mais os interesses dessas classes ricas, brancas e proprietárias que os exploravam. Essa distinção entre “raças” também serviu para aumentar a autoestima dos trabalhadores brancos, que se tornaram cada vez mais relutantes em se aliar a pessoas que eles haviam sido induzidos a ver como inferiores.

Crença religiosa. Em suma, a raça não era a justificação inicial para a escravidão nas colónias. A economia era a justificação e eram as políticas da escravidão que, por seu turno, exigiam o conceito de raça. O conceito, anteriormente inexistente no sentido em que o conhecemos hoje, foi transformado numa ferramenta de controlo para dividir, explorar e oprimir os trabalhadores das colónias. Como

qualquer grilhão, ele foi construído com um objetivo e, também como qualquer grilhão, não beneficiava aquele a quem era aplicado. O objetivo de recontar essa história não é meramente o de revelar as depredações do próprio racismo, mas afirmar que, longe de ser apenas uma questão de opinião, o racismo é uma ideia política bem definida e com uma origem histórica identificável. Ela gera uma crença numa espécie de ‘diferença’ efémera entre pessoas que nada tem a ver com ciências naturais (há mais diferença genética entre os próprios povos africanos do que entre africanos e europeus em geral), mas, em vez disso, visa manter um sistema de dominação através da desumanização de uma parte da classe trabalhadora para colocar essa classe contra si mesma.

Essa crença na raça não se assemelha tanto a uma crença científica, como a crença na evolução, por exemplo, assemelhando-se mais a uma crença religiosa, na medida em que confia numa lógica circular e autojustificativa que afirma a superioridade inata dos seus adeptos: “não fomos escravizados”, argumenta a tese racista, “porque éramos superiores!”

Uma vez que esta questão da desumanização fique clara, o assassinato de George Floyd torna-se um pouco menos misterioso, embora não menos grotesco. A razão pela qual Derek Chauvin pôde ajoelhar-se sobre o pescoço de Floyd por quase nove minutos, sem medo de represálias, foi porque o agente assumiu que seria protegido por uma religião antiga que sustenta a ordem social americana, uma religião que garantiu séculos de dominação às estruturas de poder dos brancos sobre as raças ‘menores’ que eles criaram por lei e por costume.

Talvez o facto mais perturbador que resulta do que aconteceu naquele dia seja que as ações do agente Chauvin não foram uma exceção, mas uma extensão das regras tácitas da sociedade americana racializada. A exceção, pelo contrário, reside na reação do povo americano, que finalmente provou ser capaz de romper com a religião da raça e de reconhecer plenamente a humanidade dos seus concidadãos, independentemente da cor da pele. O retorno à paz sangrenta da supremacia branca parece agora impossível.

Robert Gordon

Escritor, Nova Iorque

José Manuel Costa

(tradução e fixação de texto)

Fontes:

Howard Zinn, *A People’s History of the United States*

Barbara Jeanne Fields, *Slavery, Race and Ideology in the United States of America*, em *New Left Review* nº 181 (1990)

CONCURSO EXTERNO 2020

**Vinculação de apenas 872 docentes
significa precariedade para mais
de 22.000 com três ou mais anos
de serviço – desses, mais de 1.500
trabalham há mais de 20 anos...**

O número de vinculações registadas este ano volta a ser manifestamente insuficiente para as reais necessidades das escolas, ficando muito aquém das 2.010 aposentações verificadas no ano passado e no primeiro semestre deste ano.

Por outro lado, em agosto de 2019, foram colocados 8.670 docentes para o ano escolar que agora termina, o que significa que as vagas este ano a concurso correspondem apenas a cerca de 10% das necessidades das escolas, maioritariamente de carácter permanente. A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) continua a exigir a vinculação de todos os docentes com três ou mais anos de serviço e a aplicação das normas aplicáveis no setor privado, conforme diretiva comunitária. Uma luta que tem de prosseguir, uma vez que o combate à precariedade na profissão docente continua, manifestamente, a não caber nas opções do Governo.

DOS CANDIDATOS

admitidos - 36.089
excluídos - 1.098
colocados - 872
não colocados - 35.207

DOS COLOCADOS

média de idades - 45,85 anos
mais novo - 32 anos
mais velho - 66 anos

faixa etária

<30 - zero
30-39 - 130
40-49 - 538
50-59 - 186
>60 - 18

anos de serviço

média - 16,5
mínimo - 3
máximo - 38



nesta edição

a abrir

02. **Consulta aos sócios do SPN | SPN promoveu 4 debates digitais**

editorial

03. **Ensino de emergência ou ensino emergente?...**

em foco

05. **Ensino não é isto, nem nada que se pareça | Sentires de professores**
06. **Pré-Escolar: regresso em desassossego**
07. **Vamos todos ficar bem!**
08. **E@D no 1º Ciclo: eficácia reduzida e falaciosa**
09. **Devolvam-me à escola! Devolvam-me às crianças!**
10. **Ensino Secundário: cenário profundamente complexo**
11. **Improvisar é o que está a dar!**
12. **Ensino Profissional: urge regressar à escola**
13. **EPC: em tempos excecionais acentuam-se as desigualdades**
14. **Tempos exigentes (também) para os investigadores**
15. **Universidade digital: haverá vida académica online?**
17. **Preocupação em França: "Não será possível receber todos os alunos nas escolas em setembro"**

ação sindical

18. **Uma DGAE ao jeito de Dr. Jekyll...**
19. **. ... e de Mr. Hyde!**

notícias SPN

20. **SPN de luto**
23. **Dia Internacional da Mulher: convívio antes da pandemia**

vemos, ouvimos e lemos

24. **Que escola se segue à covid-19?**
25. **Covid-18, o dia E**
26. **À distância não há escola**
27. **Preparar o que aí vem...**

sociedade

28. **O estabelecimento da raça na América**

a fechar

31. **Concurso externo 2020**



O Sindicato dos Professores do Norte e a SPN. Informação desejam a todos os leitores um retemperador período de férias.

spn
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXII - III série - nº 81
abr • mai • jun 2020
spninfo@spn.pt